

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

**O SERVIÇO SOCIAL E A ONG MOVIMENTO LIVRE: REFLEXÕES SOBRE
AS DIFICULDADES ENFRENTADAS NAS AÇÕES DE PREVENÇÃO DE
DST/HIV/AIDS NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS**

LIZANDRA VAZ SALVADORI

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO

EM: 16.104.106

Florianópolis, 2005/2.

LIZANDRA VAZ SALVADORI

**O SERVIÇO SOCIAL E A ONG MOVIMENTO LIVRE: REFLEXÕES SOBRE
AS DIFICULDADES ENFRENTADAS NAS AÇÕES DE PREVENÇÃO DE
DST/HIV/AIDS NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de Serviço
Social da Universidade Federal de Santa
Catarina para obtenção do Grau de
Bacharel em Serviço Social, orientado
pela professora Jussara Jovita.

Florianópolis, 2005/2

LIZANDRA VAZ SALVADORI

**O SERVIÇO SOCIAL E A ONG MOVIMENTO LIVRE: REFLEXÕES SOBRE
AS DIFICULDADES ENFRENTADAS NAS AÇÕES DE PREVENÇÃO DE
DST/HIV/AIDS NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS**

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado e aprovado para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora

Professora Jussara Jovita Souza da Rosa

Matemático

Professor Élvio J. Bornhausen

Assistente Social

Professora Dra. Cláudia Voigt Espínola

Dedico este trabalho a minha mãe, Maria da Glória Gimenez Vaz, por todo apoio e amor que dedicou durante toda a sua vida as suas filhas e a minha filha Liziane, minha maior alegria.

AGRADECIMENTOS

A minha mãe, Maria da Glória G. Vaz, a primeira pessoa a me incentivar a fazer o curso de Serviço Social, e que com certeza, onde quer que ela esteja, vai estar sempre me acompanhando e iluminando o meu caminho; a minha filha Liziane, minha principal fonte de inspiração e a quem dedico todo o meu esforço e amor; a minha irmã Liana, companheira de todas as horas; a minha família, principalmente minha avó Dolores e meus tios Ilton e Luiz Carlos, os quais sem dúvida alguma foram essenciais para a minha conclusão de curso na universidade; ao meu pai Nadir, que eu amo muito; a minha orientadora prof. Jussara, por sua atenção, paciência e dedicação; ao Élvio Bornhausen, pela oportunidade de participar das ações do Movimento Livre; a Assistente Social Simone Lolatto, pela orientação dada durante o estágio obrigatório; ao prof. Rafael Pereira da Silva, por sua amizade e ajuda durante todo o último semestre de faculdade; ao amigo Deidvid de Abreu, colega e parceiro fundamental na minha vida, tanto acadêmica como pessoal, ao amigo Guilherme A. M. Cardoso por sua constante dedicação e carinho nos diversos momentos da minha vida, e a uma força suprema, que a maioria das pessoas chama de Deus, e que eu acredito que ilumina a minha vida.

“As pessoas e os grupos sociais têm o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza”.

(BOAVENTURA DE SOUZA SANTOS).

RESUMO

Este trabalho analisa as dificuldades enfrentadas pelas ONG/Aids no município de Florianópolis no desenvolvimento de suas ações. Pesquisa teórica baseada na prática de estágio, tendo como instrumentos a pesquisa bibliográfica relacionada ao tema, análise de documentos da organização e do estágio. Demarca o contexto do Serviço Social e das ONGs, apresentando um histórico do serviço social e suas perspectivas atuais sobre as questões relacionadas ao terceiro setor, principalmente na área das Organizações não-governamentais e sua relação com o governo. Apresenta as principais ONG/Aids atuantes no município de Florianópolis, suas ações, seu público alvo e a prática do serviço social em uma dessas ONGs, a Movimento Livre. Discute as dificuldades das ONG/Aids no exercício de sua autonomia e finaliza refletindo sobre como o serviço social pode contribuir para uma maior articulação delas com o Estado e também no processo de fortalecimento de sua autonomia.

Palavras-chave: ONGs – Serviço Social – DST/HIV/Aids

ABSTRACT

This essay analyzes the difficulties faced by the NGO/Aids in the city of Florianópolis in the development of their actions. Theoretical research based on the internship practice, using as instruments the bibliographical research related to the subject, the analysis of the organization and internship documents. It abridges the context of the Social Service and the NGOs, presenting a current description of the social service and its perspectives on the questions related to the third sector, mainly in the area of the not-governmental organizations and their relations with the government. It presents the main NGO/Aids operating in the city of Florianópolis, their actions, their public and the practice of the social service in one of these NGOs, the Movimento Livre. It discusses the difficulties of the NGO/Aids in the exercise of their autonomy and finishes reflecting on how the social service can contribute for a bigger cooperation with the State and also in the process of strengthening their autonomy.

Word-key: NGOs - Social Service - DST/HIV/Aids

LISTA DE SIGLAS

ACORDA – Associação Catarinense de Redutores de Danos
ADEH – Associação em Defesa dos Direitos Homossexuais
AIDS – Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
AZT – Zidovidina
ABONG – Associação Brasileira de ONGs
CEDAIDS – Comissão Estadual de Prevenção e Controle de DST/Aids
CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina SA
CMAIDS – Comissão Municipal de Prevenção e Controle de DST/Aids
DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis
ENONG – Encontro Nacional de ONG/aids
ERONG – Encontro Regional de ONG/aids
FAÇA – Fundação Açoriana para o Controle de Aids
FMF – Fórum de Mulheres de Florianópolis
FMI – Fundo Monetário Internacional
FoPES – Fórum Popular Estadual de Saúde
GAPA – Grupo de Apoio à Prevenção de Aids
HIV – Vírus da Imunodeficiência Humana
HSH – Homens que fazem sexo com Homens
LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros
MS – Ministério da Saúde
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
OSFL – Organização Sem Fins Lucrativos
PACS – Programa de Agentes Comunitários de Saúde
PSF – Programa de Saúde da Família
PVHA – Pessoas Vivendo com HIV/ Aids
UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNODC – Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime
USAID – Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 O CONTEXTO DAS ONGs E O SERVIÇO SOCIAL	
1.1 O que é ONG	13
1.2 DST/HIV/Aids, as ações do Governo e o papel das ONGs	18
1.3 O Serviço Social no contexto das ONG/Aids	23
2 AS AÇÕES DAS ONGs NA ÁREA DA PREVENÇÃO DE DST/HIV/AIDS NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS	
2.1 As ONGs que trabalham na prevenção DST/HIV/Aids no município de Florianópolis	30
2.2 ONG Movimento Livre	33
2.3 A prática do Serviço Social na ONG Movimento Livre	36
3 AS DIFICULDADES E AS POSSIBILIDADES NA CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA DAS ONGs	
3.1 As dificuldades encontradas pelas ONGs no exercício de suas ações	38
3.2 A contribuição do Serviço Social no processo de fortalecimento da autonomia das ONGs	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
ANEXOS	49
REFERÊNCIAS	56

INTRODUÇÃO

O presente trabalho consiste em uma exigência do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Esta é uma pesquisa teórica, porém baseada na experiência vivenciada através do estágio obrigatório de serviço social na ONG Movimento Livre, no qual foi observado que uma das características das ONGs que trabalham na área da prevenção de DST/HIV/Aids no município de Florianópolis é justamente a limitação de sua autonomia, já que a grande maioria delas depende financeiramente de verba pública.

Por ser uma pesquisa teórica, mas baseada numa experiência vivenciada, os instrumentos metodológicos utilizados foram as referências bibliográficas relacionadas aos temas, a análise documental da instituição Movimento Livre, assim como análise a documentos da prática do estágio: diário de campo e relatórios.

Em relação à abordagem, trata-se de uma pesquisa qualitativa, pois nesta pesquisa não nos ocupamos de dados quantitativos. Ela se desenvolveu partindo da experiência vivenciada no campo de estágio.

De acordo com Triviños (1990), a pesquisa qualitativa se ocupa do processo e não apenas com o resultado e o produto.

Triviños (1990) apresenta dois enfoques para a pesquisa qualitativa, o enfoque subjetivista-compreensivista, baseado na fenomenologia, e o enfoque crítico-participativo com visão histórico-estrutural, baseado na dialética.

Esta pesquisa aproxima-se da visão histórico-estrutural/dialética, pois buscou captar não só a aparência do fenômeno, mas sua essência (Triviños, 1990), buscando as causas de sua existência, suas relações e as conseqüências do fenômeno na realidade humano-social.

Em nossa vivência de estágio, chamaram-nos a atenção as dificuldades, principalmente financeiras, com que a ONG Movimento Livre desenvolvia suas ações de prevenção de DST/HIV/Aids e conseqüentemente a limitação de sua autonomia perante o Estado. Em encontros com outras ONG/Aids percebemos que essa não era uma particularidade da ONG Movimento Livre, mas sim uma questão que abrangia a maioria das ONG/Aids do município.

Em razão disso, formulamos como problema: “Como o serviço social pode contribuir para o processo de fortalecimento da autonomia¹ das ONGs que trabalham com a prevenção de DST/HIV/Aids no município de Florianópolis?”

A pesquisa teve por objetivo geral refletir sobre a contribuição do Serviço Social no processo de fortalecimento da autonomia² das ONGs que trabalham com a prevenção de DST/HIV/Aids.

A pesquisa teve também como objetivos específicos, demarcar as ONGs que trabalham na área de prevenção de DST/HIV/Aids no município de Florianópolis e seu público alvo; contextualizar o papel das ONGs e do serviço social no Brasil; analisar o processo de autonomia das ONGs que trabalham com prevenção de DST/HIV/Aids no município de Florianópolis, assim como a influência do Governo nas suas ações; destacar as ações realizadas pelo serviço social na ONG Movimento Livre.

Para responder ao problema, o trabalho foi organizado em três capítulos.

No primeiro capítulo, contextualizamos o que é uma ONG e como ela está inserida no terceiro setor, abrangendo, dessa forma, as ONGs que trabalham na prevenção de DST/HIV/Aids e como se dá a relação delas com as ações governamentais. Ainda nesse capítulo, será mostrada a importância do serviço social nesse contexto, e suas ações na área da prevenção de DST/HIV/Aids.

No segundo capítulo, apresentamos as ações das ONGs que trabalham na área de prevenção de DST/HIV/Aids no município de Florianópolis, em particular a ONG Movimento Livre; assim como a atuação do serviço social na mesma.

No terceiro e último capítulo, apontaremos algumas das dificuldades encontradas pelas ONG/Aids no exercício de sua autonomia, e também realizaremos uma breve reflexão de como o serviço social pode estar contribuindo no processo de fortalecimento dessa autonomia.

Nas considerações finais, discutiremos de que forma o serviço social pode estar se envolvendo no enfrentamento das questões sociais atuais, assim como contribuindo também para o fortalecimento desse novo espaço de atuação profissional.

¹ De acordo com TERSARIOL(2000), autonomia significa “independência; governo de si próprio; faculdade de se governar por si mesmo”.

² Neste trabalho, entende-se por autonomia principalmente as questões relacionadas à dependência financeira das ONG/Aids em relação ao Estado, o que pode acabar comprometendo as ações dessas ONGs.

O CONTEXTO DAS ONGs E O SERVIÇO SOCIAL

1.1 O que é ONG?

A partir da década de 1980, com o processo de mudanças políticas e econômicas no Brasil, em razão do neoliberalismo, surge o modelo imposto pelas grandes potências mundiais, do Estado mínimo, onde este passa a privatizar a grande maioria de suas ações, repassando ao mercado serviços públicos, como é o caso da saúde, da educação, da moradia, etc. Assim como também a responsabilidade dos programas sociais à sociedade civil.

Essa realidade se perpetua nos tempos atuais, com o Estado intervindo cada vez menos nas expressões da questão social.

É nesse contexto que começa a se consolidar no Brasil, tendo uma maior visibilidade a partir da década de 1990, o terceiro setor e inserido nele, as ONGs.

Apesar do terceiro setor já existir juridicamente no Brasil desde 1916, com o Código Civil Brasileiro Lei n. 3.107, artigo 16, ele só passa a ter maior visibilidade na agenda política e na mídia na década de 1990. Assim, como nos mostra Menegasso (2002), em 1999 é aprovada a Lei n. 9.790, de 23 de março de 1999, que qualifica as organizações do terceiro setor como parte da sociedade civil e de interesse público.

Entende-se por terceiro setor “todas aquelas instituições sem fins lucrativos que, a partir do âmbito privado, perseguem propósito de atender o interesse público”. (THOMPSON, 1999 apud Menegasso, 2002 p. 111).

É chamado de terceiro setor, pois o primeiro se refere ao Estado, e o segundo ao mercado. De acordo com Menegasso (2002, p. 111), “assim, entre o Estado e o mercado existe um universo de organizações sem fins lucrativos, que se dedicam a ações sociais variadas de sentido público, perseguindo, portanto, fins de interesse geral.”

Porém, do ponto de vista de Montaño (2002), o terceiro setor teria vindo para resolver um problema da dicotomia entre público e privado, em que o público estaria representado pelo Estado e o privado pelo mercado.

Se o Estado está em crise e o mercado tem uma lógica lucrativa, nem um nem outro poderiam dar respostas às demandas sociais. O “terceiro setor” seria a articulação/interseção materializada entre ambos os setores: “o público, porém privado”, a atividade pública desenvolvida pelo setor privado. (MONTAÑO, 2002 p.54)

Conforme Menegasso (2002), atualmente essas instituições agrupam-se em três subconjuntos, que são:

- As organizações dos tipos beneficentes, filantrópicos ou assistenciais;
- ONGs, criadas dentro do ideário de promoção de cidadania e democracia;
- Fundações e institutos doadores de recursos, dedicados ao investimento social.

Em geral, pode-se dizer que o terceiro setor é composto de organizações com as seguintes características: não integram o aparelho estatal, não distribuem lucros a acionistas ou investidores, se auto gerenciam e envolvem um número significativo de participação voluntária.

Antes de diferenciarmos uma organização não-governamental das outras organizações sem fins lucrativos, é importante, primeiramente, ter a clareza do significado de organizações. Como nos mostra Menegasso (2002), o termo organização, originário do grego *organon*, significa instrumento. De acordo com Ferreira (1988), esse termo tem o significado de associação ou instituição com objetivos definidos, assim como o de ato organizado, conformação, estrutura, planejamento.

De acordo com Menegasso (2002), o termo organização se refere a uma unidade que possui um propósito definido, inclui pessoas ou membros e tem estrutura sistemática. É importante esclarecer que muitas instituições são organizações, mas nem toda organização é uma instituição. De acordo com Ferreira (1988), o termo instituição significa o ato de instituir, criação ou estabelecimento, nesse caso, algo instituído ou estabelecido. Como nos mostra Abbagnano (1962, apud Menegasso, 2002), a instituição tem sido por vezes entendida como o conjunto de normas que regulam a ação social.

É importante lembrar que as organizações geralmente buscam a institucionalização, uma vez que ela lhe proporciona a aceitação na sociedade.

As Organizações Sem Fins Lucrativos (OSFL), na compreensão de Fernandes (1997, p.54 apud BUNN, 2000 p. 29), são aquelas cujos investimentos são maiores que os eventuais retornos financeiros, em ações dispendiosas para os mercados disponíveis.

Já o termo Organização Não-Governamental (ONG), de acordo com Paz:

As ONGs são organizações privadas em defesa do interesse público, particularmente dos interesses de ampla parcela dos setores sociais privados de seus direitos. Caracterizam-se por serem autônomas diante do Estado, das igrejas, dos partidos políticos e dos movimentos sociais. Seu principal compromisso é com a constituição de uma sociedade democrática, incluindo o respeito à diversidade e ao pluralismo. (PAZ, 1999 p. 198).

Entretanto, nem todas as instituições sem fins lucrativos podem ser consideradas ONGs, apesar de pertencerem ao terceiro setor.

A ONG tem como objetivo criar, viabilizar e implementar projetos no âmbito social, além de possuir uma característica importante de mobilização política na luta por uma sociedade fundada nos valores da democracia – liberdade, igualdade, diversidade, participação e solidariedade. De acordo com a ABONG:

Em âmbito mundial, a expressão surgiu pela primeira vez na Organização das Nações Unidas (ONU), após a segunda Guerra Mundial, com o uso da denominação em inglês “Non-Governmental Organizations (NGOs)” , para designar organizações supranacionais e internacionais que não foram estabelecidas por acordos governamentais. (www.abong.org.br)

No Brasil essa expressão só começou a ser realmente usada no final da década de 1970 e início da década de 1980, no apoio aos movimentos sociais e populares que surgiram na luta contra o regime militar e pela democratização do país.

De acordo a ABONG, “as primeiras ONGs nasceram em sintonia com as demandas e dinâmicas dos movimentos sociais, com ênfase nos trabalhos de educação popular e de atuação na elaboração e controle social das políticas públicas”.

No início dos anos 80, as ONGs assessoraram os novos movimentos sociais que estavam surgindo a partir de um período de crises econômicas, como por exemplo, os sindicatos. Conforme PAZ (1999), elas treinavam as lideranças sindicais e populares, apoiavam as greves, além de assessorar os líderes trabalhistas em suas negociações. De acordo com Paz:

Assiste-se à atuação de ONGs lado a lado com os movimentos sociais e sindicais, não apenas como apoio aos setores populares e de trabalhadores, mas dando os primeiros passos no sentido de ter voz própria, enquanto um ator social na cena pública.(PAZ, 1999, p. 197)

Um dos marcos no processo de democratização nesse período, foi a Constituição da República, em 1988, que também contou na sua formulação, com a participação de vários setores da sociedade civil.

Mas as ONGs passaram a ter uma maior visibilidade, particularmente através dos meios de comunicação, depois da Conferência da Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO- 92), realizada na cidade do Rio de Janeiro, em 1992. Como no

mostra PAZ (1999), esse evento reuniu movimentos sociais do mundo todo para discutir propostas para o desenvolvimento sustentável.

É importante destacar aqui algumas características no perfil das ONGs que atuam no Brasil nos anos 90. Gohn (1997 p. 12) sistematiza as ONGs dos anos 90 em quatro grupos distintos: ONGs caritativas, ONGs desenvolvimentistas, ONGs cidadãs e ONGs ambientalistas. De acordo com a autora, cada uma dessas ONGs tem suas próprias características, que são:

ONGs caritativas – voltaram a ter grande expansão no Brasil, recriando um cenário urbano da assistência a partir de categorias específicas: menor, mulher e velhos.;

ONGs desenvolvimentistas – elas surgiram e vem crescendo a partir de proposta de intervenção no meio ambiente. A ECO 92 foi o marco mais significativo de sua existência. Baseando-se em propostas de desenvolvimento auto-sustentável, articula-se em redes de caráter internacional.

ONGs cidadãs – voltadas para a reivindicação dos direitos da cidadania, atuam no espaço urbano, tanto no campo popular como no não-popular. No popular, constroem redes de solidariedade promovendo ou participando de programas e serviços básicos e emergenciais. No campo não-popular atuam junto a minorias discriminadas. A Anistia Internacional, ONG no campo dos direitos humanos, é o grande exemplo desta categoria de entidade.

ONGs ambientalistas – no campo da visibilidade urbana, o trabalho destas ONGs é o que mais aparece. Quer por suas campanhas espalhafatosas, quer por seus estudos e diagnósticos (vide Relatório Fórum das ONGs, 1992), sob as premissas do desenvolvimento auto-sustentável e da cooperação internacional, as ONGs ecológicas estão contribuindo decisivamente para a mudança do perfil das cidades brasileiras.

Entretanto, juntamente com essa maior visualização das ONGs percebe-se também uma mudança nas suas relações com o Estado. Conforme Montaño:

As ONGs desenvolvem até final dos anos 80 – onde a Constituição de 88 é um marco histórico e resultado desse processo – uma estratégia de enfrentamento/negação ou de demanda/pressão contra ou dirigida ao Estado; entretanto, no contexto dos anos 90, eles passam a incorporar um comportamento de “parceria”, de articulação com o Estado.(MONTAÑO, 2002 p.145)

O Estado passa, dessa forma, a incentivar uma maior participação da sociedade civil organizada, na esfera pública, através de incentivos fiscais e parcerias financeiras; passando para o terceiro setor o compromisso da resolução dos problemas sociais.

Por trás dessa iniciativa, está a ideologia neoliberal, onde é fundamental que exista um recorte das três esferas: Estado, Mercado e Sociedade Civil; cada uma delas autônomas e isoladas uma das outras. Como nos mostra Montañó (2002), “como se o “político” pertencesse à esfera estatal, o “econômico” ao âmbito do mercado e o “social” remetesse apenas à sociedade civil, num conceito reducionista”.

Essa visão crítica trazida pelo autor Carlos Montañó é fundamental para que se possa conhecer melhor o contexto das ONGs no Brasil atualmente.

As ONGs, como todas as organizações do terceiro setor, são e estão cada vez mais se tornando um espaço de intervenção para profissionais de diversas áreas. Entretanto, é importante que esses profissionais conheçam esse espaço na sua totalidade, analisando de uma forma crítica todas as conquistas e possibilidades que essas organizações possuem, mas sem perder de vista a garantia de acesso aos direitos sociais e a responsabilidade do Estado neste processo.

1.2 DST/HIV/Aids, as ações do governo e o papel das ONG/aids.

A Aids é uma doença relativamente nova, ela foi identificada pela primeira vez na década de 80. Hoje ela é conhecida como uma síndrome, mundialmente chamada AIDS (Acquired Immunodeficiency Syndrome)³.

No Brasil, os primeiros casos identificados foram no início da década de 80. Desse período em diante, os casos de Aids cresceram em proporções assustadoras. Dados da pesquisa realizada pelo Programa Nacional de DST e Aids, do Ministério da Saúde, mostram que desde 1980 a 2005 foram notificados um total de 371 mil casos de Aids no país. Estima-se que para cada caso notificado de Aids existam pelo menos outras duas pessoas infectadas pelo HIV.

A Aids é uma doença que se manifesta após a infecção do organismo pelo Vírus da Imunodeficiência Humana, mais conhecido como HIV.⁴ O HIV “ataca” as células do sistema imunológico, tornando a pessoa mais vulnerável a outras infecções e doenças; também chamadas de doenças oportunistas, por surgirem no momento em que o sistema imunológico da pessoa está fragilizado; como por exemplo, a pneumonia, a tuberculose, a diarreia e até mesmo a gripe, doenças já “vencidas” pela medicina moderna há muitos anos.

A Aids não tem cura, mas o diagnóstico precoce do HIV faz com que o paciente, através do tratamento, retarde o aparecimento da doença, possibilitando uma melhor qualidade de vida ao portador do vírus.

Apesar de ser recente, ter aproximadamente 25 anos, a Aids apresentou-se de forma radical para a sociedade, tanto brasileira como internacional, trazendo consigo uma série de problemas vitais como, por exemplo, o preconceito, o estigma e a discriminação. A epidemia da Aids revelou, de modo trágico, a maneira como a nossa sociedade discrimina principalmente a homossexualidade, os usuários de drogas e os (as) profissionais do sexo.

Num primeiro momento, a Aids estava relacionada com a questão da homossexualidade, sendo conhecida inicialmente pelo termo de “câncer gay”, posteriormente, ela foi identificada como uma doença viral, e os homossexuais, por serem as primeiras vítimas da Aids, passaram a “carregar” o estigma de pertencerem a um “grupo de risco”, atualmente esse termo não é mais usado, o termo mais adequado é

³ Na língua portuguesa a tradução para a Síndrome de Imunodeficiência Adquirida é a sigla SIDA, entretanto, esse termo não é frequentemente usado no Brasil.

⁴ Esta sigla é proveniente do termo inglês Human Immunodeficiency Virus

“comportamento de risco”, pois a doença não diferencia etnia, classe social ou gênero. Ela é uma doença contraída através do sangue, de secreções vaginais, do sêmen e do leite materno. Como nos mostra Rua e Abramovay:

Historicamente, podem ser delimitadas três fases que caracterizam a expansão da epidemia de Aids no Brasil: a primeira, focaliza apenas os infectados pelo HIV, o que bloqueava a condução de ações mais amplas no campo da saúde. Essa fase foi marcada pelo conceito “grupo de risco” que se restringia aos homossexuais masculinos e profissionais do sexo. A segunda fase era focalizada na questão da exposição ao vírus, principalmente através do ato sexual e via drogas injetáveis. Adotou-se então, o conceito de “comportamento de risco”. A terceira fase, e atual, procura caracterizar a vulnerabilidade dos indivíduos em geral ao vírus. (RUA; ABRAMOVAY, 2001, p.46).

Uma das questões agravantes da população afetada pelo vírus HIV, é que esse contingente na sua grande maioria é marginalizado e não tem acesso aos serviços de saúde, de assistência e tampouco à informação e à educação, como também a grande maioria da população do país. De acordo com Rua e Abramovay:

“No Brasil, a combinação da exclusão com as dificuldades do setor de saúde (escassez de recursos para custeio dos serviços, falta de recursos humanos capacitados, entre outras) requer uma reconceitualização da epidemia e novas respostas para enfrentar sua expansão.” (RUA e ABRAMOVAY, 2001 p.47).

Mesmo existindo leis que garantam os direitos dos cidadãos, condenando atitudes discriminatórias e preconceituosas, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de dezembro de 1948; que nos mostra no seu artigo 1º, que *“todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos”*, e o artigo 2º:

Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nessa Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional, ou social, riqueza nascimento, ou qualquer outra condição” (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 2001).

Apesar disso, o que vemos na sociedade atual é a perpetuação dessas atitudes.

A expressão Direitos Humanos é uma forma abreviada de mencionar os direitos fundamentais da pessoa humana. Essas necessidades vão além das condições mínimas necessárias para se viver; como alimentação, saúde, moradia e educação, mas também o direito ao lazer, à livre expressão, ao afeto e à livre sexualidade, entre outras.

A esse respeito, o Ministério da Saúde (2002 p.76) nos diz que “Entre essas condições se reconhece também que os direitos sexuais também são direitos humanos. Dessa forma, a discriminação e o preconceito contra os homossexuais constituem uma das áreas de maior índice de violação dos direitos humanos em nosso País”.

A homofobia (ódio à homossexualidade) tem raízes profundas na nossa sociedade, comprovando assim que gays, lésbicas, travestis e transgêneros constituem a minoria social mais vulnerável.

Ao longo desses últimos anos, a sociedade civil vem se organizando na luta pela garantia de seus direitos no sentido de fortalecer também os setores sociais mais fragilizados e/ou discriminados. De acordo com Pontes e Bava:

Nos últimos 20 anos constitui-se uma relação das ONGs com os setores populares e suas entidades. Essa relação sempre foi essencialmente política: buscava-se fortalecer os múltiplos atores sociais coletivos que, na sua relação com o Estado, expressam demandas pelo reconhecimento de Direitos, por medidas concretas que atendessem suas necessidades de saúde, educação, moradia, etc. (PONTES; BAVA, 1996, p.134)

Desde os anos 80, a luta pelos direitos das pessoas com HIV/ Aids já era uma realidade do movimento social organizado.

Um dos marcos importantes na luta contra a Aids ocorreu em 1987, com a aprovação do uso do AZT nos Estados Unidos da América. Essa medicação, AZT (zidovidina), é um agente antiviral e amplamente utilizado no tratamento da Aids, por ser altamente eficaz na melhora da função imunológica nos pacientes com o vírus HIV.

Como nos mostra Ministério da Saúde (2002), “esse fato fez com que no Brasil, grupos sociais organizados provocassem a mobilização da opinião pública, dos meios de comunicação e das diferentes instâncias governamentais para a efetivação de ações que garantissem o acesso universal e gratuito a esse medicamento”. Aqui no Brasil esse direito só foi conquistado em 1996, possibilitando a todas as pessoas infectadas um tratamento adequado pela rede pública de saúde. A partir dessa data, o acesso a estes medicamentos pelos portadores de HIV/Aids se tornou uma questão importante na luta pelos direitos humanos, e tem sido uma das prioridades na agenda das ONG/aids.

A partir de 1985, com a criação da primeira ONG específica no combate à Aids, o GAPA - Grupo de Apoio a Prevenção de Aids - em São Paulo, observa-se uma expansão e um aumento considerável de instituições que passam a trabalhar com essa doença.

Conforme Ministério da Saúde (2002), em 1986, o Governo Federal publicou

portaria ministerial criando o Programa Nacional de Combate às DST e Aids e incluiu, nesse mesmo ano a Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (AIDS) na lista nacional de doenças de notificações compulsórias (Port.nº. 1.100, de 24 de maio de 1986)⁵.

De acordo com o Fórum ONG/aids do estado do Rio de Janeiro⁶, em 1989 é realizado o I Encontro Nacional de ONG/aids (ENONG), desse ano em diante esses encontros passam a ser realizados periodicamente, sendo assumidos como a instância máxima de discussão e deliberação das diretrizes de ação das ONG/aids no país.

A relação entre as ONG/aids e o Governo se fortalece a partir de 1992, quando o Ministério da Saúde (MS) se faz representar no V ENONG, realizado em Fortaleza, através de apoio financeiro para a realização do evento. Como nos mostra o Fórum ONG/aids do Estado do Rio de Janeiro⁷; desse “momento” em diante, torna-se uma prática utilizar os espaços dos Encontros para se eleger representantes das ONGs nos espaços de interlocução com o Programa Nacional de DST/Aids.

Em 1994 é assinado um acordo entre o governo brasileiro e o Banco Mundial, denominado AIDS I, que viabilizou diversas ações, tendo o Programa Nacional de DST/Aids como apoio técnico e financeiro aos projetos das ONGs que trabalham com essa temática.

Assim, a partir dessa data, o Ministério da Saúde se torna o principal financiador das ações desenvolvidas pelas ONG/aids no Brasil, repassando recursos deste acordo, através de agências como a UNESCO, por exemplo.

A participação das ONG/aids nas ações do Ministério da Saúde é conseqüência da reestruturação produtiva no âmbito do capitalismo, que tem modificado o discurso acerca do papel do Estado. A partir dos anos 90, com a crescente implantação das políticas neoliberais, com a redução do aparelho estatal, e conseqüentemente, o desmanche das conquistas no âmbito social, tem aumentado significativamente a intervenção do Terceiro Setor em ações complementares à atuação do Estado. De acordo com Paz:

Desde a primeira gestão do governo FHC, tem-se observado uma ofensiva do governo ao caráter universal das políticas sociais, como também às conquistas de gestão participativa (Conselhos de Gestão), consagradas na Constituição de 1988, e à implementação de programas e projetos focalistas e compensatórios, somadas a uma estratégia de terceirização dos serviços sociais e ao estímulo aos serviços privados de atendimento (previdência, saúde e

⁵ A portaria nº 1100/86 trata de regular que médicos e profissionais de saúde comuniquem aos órgãos responsáveis quando detectado que um paciente é portador do vírus HIV.

⁶ www.forumongaidrj.org.br

⁷ Idem nº 4.

educação). (PAZ, 1999, p.201).

O Estado, cada vez mais, vem passando a responsabilidade de suas ações para as ONGs, através de financiamentos aos projetos das mesmas.

De acordo com o site Aprendiz⁸, como nos mostra uma pesquisa inédita realizada pelo Centro de Estudos do Terceiro Setor da Fundação Getúlio Vargas, por meio de questionário respondido por mais de três mil ONGs de setembro do ano passado até o momento (agosto de 2005), revela que 55% delas se mantêm com recursos públicos.

Essa é uma questão preocupante e que vem sendo debatida por diversos pesquisadores; o número expressivo de ONGs que dependem de recursos públicos para o financiamento de suas ações. Entre eles, o doutorando em Sociologia Política na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Rodrigo Rossi Horochovski, que de acordo com a entrevista realizada para a Rets⁹ em cinco de agosto de 2005, em seu estudo “Associativismo civil e o Estado: um estudo sobre as organizações não-governamentais e sua dependência de recursos públicos” analisa o fato da dependência financeira que as ONGs possuem em relação ao Estado, e os riscos que isso pode trazer na capacidade crítica e na autonomia delas.

Isso é prejudicial na medida em que pode acabar limitando as ONGs de exercerem seu papel de luta pelos direitos sociais e o desenvolvimento de ações de controle social em relação ao governo, criando um paradoxo entre a proposta inicial delas e seu trabalho atual. O que se pode observar é que todo esse comprometimento pode acabar tornando as ONGs meras executoras e dependentes financeiras do governo.

⁸ www2.uol.com.br/aprendiz/guiadeempregos/terceiro/noticias

⁹ Rets – revista do terceiro setor. <http://www.rits.org.br/frames/inde.cfm?palavra=Entrevista>

1.3 - O Serviço Social no contexto das ONG/Aids

Esse capítulo explanará primeiramente sobre o histórico do Serviço Social, para uma melhor compreensão da importância deste campo profissional no contexto das ONGs relacionadas com a prevenção de DST/HIV/Aids no Brasil.

As primeiras ações do Serviço Social no Brasil surgem na década de 30, do século XX, através da iniciativa de grupos sociais de setores da classe dominante, sendo na sua grande maioria, mulheres vinculadas à igreja católica. A criação da primeira Escola de Serviço Social no Brasil se deu em São Paulo em 1936, às vésperas da ditadura do Estado Novo, consolidado em 1937. O Serviço Social destaca-se então como uma alternativa à caridade e à repressão – formas como a “questão social”¹⁰ era tratada até então.

Toda a formação profissional dos Assistentes Sociais neste primeiro momento, teve a influência europeia, que tinha como princípios orientadores de ação a doutrina social da Igreja Católica. Como nos mostra Aguiar (1984 p. 31) “além da ligação de sua prática, há sua ligação do ponto de vista teórico. Toda visão de homem se dará sob os quadros católicos, tendo como sustentação filosófica o neotomismo”.¹¹

A partir da década de 40, a profissão também será influenciada pela presença norte-americana, que trouxe importantes avanços através de técnicas para o agir profissional. Essa influência está relacionada aos aspectos de instrumentalização do Serviço Social, e de acordo com Yasbeck, apud Aguiar (1984 p.60), “(...) em contraposição a um período pleno de conteúdos filosóficos, começa a impor-se uma fase de conteúdo técnico e metodológico. Um grande esforço, no sentido de racionalização da ação do Serviço social começa a se fazer notar”.

É importante deixar claro que o Serviço Social, influenciado tanto pela ideologia europeia como a norte-americana possuía uma visão acrítica da realidade brasileira; as

¹⁰ “Por “questão social”, no sentido universal do termo, queremos significar o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade capitalista. Assim, a “questão social” está fundamentalmente vinculada ao conflito entre o capital e o trabalho” (CERQUEIRA FILHO, apud NETTO, 2005 p. 17).

¹¹ Como nos mostra Aguiar (1984), O Neotomismo consiste numa retomada da filosofia expressa por Santo Tomás de Aquino, no século XII. Santo Tomás mostra que existem três espécies de leis que dirigem a comunidade ao bem-comum: a lei natural, a lei humana e a lei divina. O Estado deve respeitar a Igreja, assim não existe conflito entre fé e razão, conseqüentemente não há conflito entre Igreja e Estado. De acordo com Aguiar, “Essa visão com relação à autoridade e ao Estado justifica a posição inicial do serviço social brasileiro de não questionamento da ordem vigente até suas raízes e de buscar sempre apenas reformar a sociedade, melhorando conseqüentemente a ordem vigente”. AGUIAR (1984, p.43).

mudanças realizadas pelo fazer profissional eram no sentido de melhorar o próprio sistema capitalista, legitimando, dessa forma, os interesses dos grupos dominantes na sociedade.

Com o aprofundamento da industrialização no Brasil, que passou a ganhar mais força durante o Estado Novo, aliadas às mudanças que se verificam no contexto internacional com relação ao término da II Guerra Mundial, houve uma profunda transformação nas áreas sociais, econômicas e políticas no país, e conseqüentemente um intenso crescimento da profissão de Serviço Social possibilitando, assim, maiores oportunidades no mercado de trabalho.

Com a aceleração do processo industrial, o que se observa é a intensificação da exploração da força de trabalho, e um crescimento da população migratória do campo para as capitais em busca de empregos nas fábricas, conseqüentemente, isso acarretou novas necessidades no processo de reprodução da força de trabalho, tornando-se necessário integrar esse contingente “desqualificado” à rotina das indústrias. Segundo Yamamoto:

A expansão do proletariado urbano, reforçada pela migração interna, cria a necessidade política de controlar e absorver esse setor. Nesse processo, o Estado tem que incorporar, necessariamente, parte das reivindicações populares, ampliando a base de reconhecimento da cidadania, do proletariado e dos direitos sociais aí decorrentes, através de uma legislação social e sindical no período. (IAMAMOTO, 1995 p.31).

Nesse processo, o Estado passa a intervir no mercado de trabalho, assumindo funções normativas e assistenciais para a reprodução da força de trabalho, que servem como instrumentos de controle e subordinação à hegemonia industrial. Surgem, nesse momento, as grandes instituições assistenciais e previdenciárias estatais, paraestatais e autárquicas que, articuladas com os setores dominantes, procuram responder às pressões dos setores urbanos em desenvolvimento.

Nesse contexto, o Serviço Social passa a se tornar uma atividade institucionalizada e legitimada pelo Estado, deixando de ter um perfil filantrópico para se tornar um instrumento de execução da política social do Estado e dos setores empresariais. Na concepção de Sarmiento:

No capitalismo, as particularidades no desenvolvimento de seu modo de produção definiram as características da divisão social do trabalho nas sociedades contemporâneas. No caso do Serviço Social, a profissão vem desempenhando historicamente sua função social na regulação dos conflitos entre as classes, no âmbito do Estado, setor privado e sociedade civil, através do desempenho específico de suas funções profissionais na formulação e gestão das

políticas sociais, predominantemente na área da assistência social, através de suas práticas. (SARMENTO, 2002 p.116).

Até início da década de 60, de acordo com Aguiar (1984), os assistentes sociais partiam da ótica de que as populações eram “desajustadas” e que era preciso “integrá-las” a sociedade. Essa visão de integração não levava em conta as contradições e desigualdades da sociedade, uma vez que sua formação nessa época enfatizava que a sociedade “é harmônica” e que existem apenas alguns “desajustes”. Para Aguiar (1984 p.90), “o Serviço Social possuía basicamente uma postura: desenvolver seu trabalho em plena consonância com os governos então no poder. Era partidário de reformas que viessem racionalizar melhor o sistema capitalista e que pudessem inserir as populações do setor atrasado ao moderno”.

Mas é a partir da década de 60, tendo como contexto político o início do regime militar, em 1964, que começam a surgir os primeiros grupos de assistentes sociais que questionam a profissão quanto a sua natureza e operacionalidade. Esse questionamento, segundo Aguiar (1984 p.119), “é o da validade do corpo teórico do Serviço Social em face à realidade da América Latina”. De acordo com o mesmo autor, esse grupo de assistentes sociais passou a ser conhecido como “geração 65”. Esse movimento nasceu na perspectiva de adequar o serviço social à realidade latino-americana.

O que se percebe nesse período, é um crescente processo de ruptura com o projeto assistencial/beneficente de influência conservadora Européia, e com a ideologia de “adaptação” ao sistema vigente, de influência funcionalista norte-americana. Até esse momento, o Serviço Social estava passando por uma grande contradição interna; enquanto os procedimentos de intervenção eram progressivamente racionais, ou seja, tinham a missão de eliminar ou ao menos atenuar as injustiças sociais, o conteúdo teórico-prático da profissão permanecia fundado nos ideais conservadores, reforçando assim fundamentos de ordem alienadora, reproduzindo as desigualdades sociais, e legitimando, dessa forma, a ordem capitalista e a classe dominante. De acordo com Yamamoto:

Em outros termos: os efeitos da ação profissional aparecem como uma negação dos propósitos humanistas que a orientam. Torna-se palpável a defasagem entre propósitos e resultados da ação, entre teoria e prática. (IAMAMOTO, 1995 p. 28).

Essa mudança ocorrida na década de 60, do projeto ético-político da profissão está diretamente ligada às novas exigências que o profissional de Serviço Social passa a se deparar. De acordo com Silva (1995 p.26), são devidas “à crise dos padrões de acumulação

capitalista, sustentados pelo modelo desenvolvimentista do governo de Juscelino Kubitschek, marcado pela internacionalização da economia, com o fortalecimento do setor privado e do capital internacional”.

Com o plano político interno nacional, marcado pela ditadura militar, inicia-se um novo momento para o Serviço Social, que passa a ser diretamente responsável pela operacionalização das políticas sociais implementadas pelo governo, que nesse período, se caracterizava, de acordo com Silva (1995 p. 34), “pela extrema centralização política e financeira em nível federal, acentuada fragmentação institucional para sua operacionalização e exclusão da participação social nos processos políticos de decisão”.

É nesse contexto que o Serviço Social passa a procurar alternativas para o avanço técnico e metodológico da profissão, com o objetivo de assumir uma ação profissional eficiente e moderna. Essa tendência ficou conhecida como o Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina. Segundo Aguiar (1984 p.120): “de início a reconceituação nasceu do desejo de superar o Serviço Social tradicional, que foi transplantado da Europa e dos Estados Unidos, e adequá-lo à realidade latino-americana. Realidade de um continente subdesenvolvido e dependente”. No Brasil, esse movimento teve seu marco nos três encontros realizados, que ocorreram em 1967 na cidade de Araxá em Minas Gerais; em 1972 na cidade de Teresópolis no Estado do Rio de Janeiro e 1978 em Sumaré, no mesmo Estado.

A partir desses encontros, o Serviço Social passa a assumir três tendências de reflexões distintas: a funcionalista, a fenomenológica e a dialética.

A tendência funcionalista, baseada no positivismo, organizou suas reflexões em termos da necessidade de cientificidade para o serviço social. Entretanto, de acordo com Macedo (1982, p. 43) na década de 60 “razões políticas e ideológicas fizeram que o serviço social começasse a sair da tutela do positivismo lógico e passasse a se envolver nas mudanças sociais”.

De acordo com Macedo (1982 p. 105) “quanto à tendência fenomenológica, nota-se que seu núcleo central firma-se na problemática existencial, numa perspectiva da pessoa confrontando-se com o seu meio social”. Como a autora comenta, há nesse procedimento, uma tentativa de compreender a realidade social de dentro para fora, isto é, a partir das percepções individuais. Já na concepção dialética, como nos mostra Macedo (1982), o foco central da profissão parece deslocar-se da perspectiva de pessoa-em-situação, dentro de um enfoque psicossocial, para um posicionamento num nível estrutural mais amplo. “Nesse

sentido o Serviço Social deixa de se preocupar com as relações interpessoais, numa abordagem de ajuda, para centrar-se nas relações de produção”. (MACÊDO, 1982, p.106).

A concepção dialética, baseada no materialismo dialético de Karl Marx¹², passa a enfatizar mais a crítica ao sistema capitalista, que se caracteriza pela exploração e dominação da classe trabalhadora. Ela trará avanços na busca de novas experiências de vinculação da ação profissional do Serviço Social aos processos de lutas por mudanças, que priorizam uma maior participação da população usuária nas decisões que lhe dizem respeito. Como nos mostra Silva:

(...) alguns setores da categoria profissional colocam a perspectiva de o Serviço Social aprofundar uma prática que se pauta pela busca de apoio aos interesses dos segmentos explorados que constitui a base de sua clientela, recolocando, necessariamente, a perspectiva de transformação social. Esse enfoque é retomado e aprofundado no período de “distensão – abertura” da ditadura militar (1974 – 1985). (SILVA, 1995 p. 36).

Mas foi no final da década de 80 que ocorreu uma das principais conquistas pelos direitos sociais, através da aprovação da Carta Constitucional de 1988. Ela foi fruto de um amplo movimento da sociedade civil organizada na luta pela democratização do país. É desse contexto que emergem novas propostas para a reorientação da profissão do Assistente Social, definindo assim um novo caráter político, na luta pela garantia dos direitos sociais previstos na Constituição de 88. O resultado desse processo de reformulação das novas diretrizes da profissão está no Código de Ética Profissional do Assistente Social de março de 1993, e a Lei da Regulamentação da Profissão de Serviço Social, do mesmo ano. De acordo com Silva:

De um lado, temos uma conjuntura política favorável ao debate democrático; todavia, essa mesma conjuntura é seriamente condicionada pela deteriorização econômica das condições de vida do povo brasileiro, agravada pela crise do padrão intervencionista do estado e sua conseqüente incapacidade de investimento, sendo as políticas sociais duramente atingidas. (SILVA, 1995 p. 46).

No final da década de 80, já podemos perceber sérios sinais de falência do Estado intervencionista, fazendo surgir o Estado minimalista na década de 90, principalmente no

¹² De acordo com Macedo (1982 p.43) “A filosofia de Marx parte do estudo dialético do homem como ser histórico no mundo. Dessa forma, ela pretende focar um homem concreto, vivendo no mundo, em luta constante contra a natureza e em relação com os outros homens. Rejeita a idéia de um “homem abstrato, ideal”, que emana de uma ideologia essencialista da natureza humana, concepção adotada pelas diferentes formas de humanismo. No marxismo, o homem passa a ser visto como o conjunto de suas relações sociais”.

setor social; a situação de profunda crise econômica que se instaurava nesse período até os dias atuais, aumenta a miséria, o desemprego, os salários baixos, a precarização das condições de vida e exacerba a desigualdade social.

Todo esse processo vem sendo orientado pelo neoliberalismo¹³, assumindo uma política econômica submetida ao modelo de ajuste definido pelo FMI e o Banco Mundial, através do movimento de redução do setor público, via privatização; enfraquecendo, conseqüentemente, as conquistas sociais da Constituição de 1988. Segundo Iamamoto:

As repercussões da proposta neoliberal no campo das políticas sociais são nítidas, tornando-se cada vez mais focalizadas, mais descentralizadas, mais privatizadas. Presencia-se a desorganização e destruição dos serviços públicos, em conseqüência do “enxugamento do Estado” em suas responsabilidades sociais. A preconizada redução do Estado é unidirecional: incide sobre a esfera de prestação de serviços sociais públicos que materializam direitos sociais dos cidadãos, de interesse da coletividade. (IAMAMOTO, 1997 p. 20).

Esse novo quadro vem, conseqüentemente, reestruturando novas relações entre Estado, mercado e sociedade civil.

Com essa retração do Estado em suas ações sociais, o que se vê, principalmente na década de 90, é a transferência dessa responsabilidade para a sociedade civil, como já foi discutido no capítulo anterior, o que ocasionou significativas mudanças no mercado de trabalho. Nesse período reforçam-se as atividades realizadas pelo terceiro setor, que ganha destaque principalmente através da “filantropia empresarial”. De acordo com Iamamoto (1997 p.27) “o que se presencia é a “filantropia do grande capital”, resultante de um amplo processo de privatização dos serviços públicos”. Como a própria autora afirma, constata-se uma tendência à refilantropização social, não mais a filantropia do século XIX, mas agora integrada ao desenvolvimento das forças produtivas.

De acordo com Montañó (2002), ao constatar a atual retração do Estado nas suas responsabilidades de responder às seqüelas da questão social, com a diminuição das políticas sociais estatais, o Serviço Social tende a sofrer transformações relevantes na sua demanda e no seu campo de atuação, na sua modalidade de intervenção e no seu vínculo empregatício.

¹³ De acordo com Rico, “Este contexto, chamado de neoliberal explica-se pelo fato de ressuscitar o liberalismo econômico, onde o Estado tem um papel diminutivo, enxuto, para enfrentar os dilemas das questões sociais postas e, portanto, necessita das parcerias com o mercado e com a sociedade civil para viabilizar programas de enfrentamento à exclusão social. Não se pode esquecer que é intrínseco ao modelo, o desemprego, o sucateamento da mão-de-obra”. (RICO, 1998 p. 30).

Com relação à ocupação do espaço profissional no terceiro setor, Montañó nos adverte para o seguinte:

Não é o caso do Serviço Social evoluir (ou “involuir”) em filantropia, e sim de o espaço prático-ocupacional do Serviço Social eventualmente ser substituído pelo aumento da filantropia. Não é uma atividade prática (o Serviço Social) que se transforma (de profissional/estatal para filantrópico/ “terceirosetorista”), e sim uma atividade prática (o Serviço Social) que tende a ser paulatinamente “substituída” por outra diferente (a ação filantrópica). (MONTAÑO, 2002 p.248).

Por outro lado, “somos convocados a aceitar como um dado às mudanças do Estado e nos concentrarmos na busca de novos espaços de intervenção profissional, de novos instrumentos de ação, de novas ‘funções’”. (MONTAÑO, 2002 p. 247).

O terceiro setor começa a se consolidar então, como um novo espaço de atuação para o profissional de Serviço Social, que passa a ser chamado não só pelo Estado com o propósito de eliminar focos de tensões sociais e viabilização de benefícios sociais, mas também pelas empresas, como um profissional propositivo na elaboração, no desenvolvimento e na avaliação de projetos sociais realizados pelas instituições privadas.

Independente de ser primeiro ou terceiro setor é importante ressaltar que o foco do serviço social continua sendo o mesmo, a garantia dos direitos sociais. Para Faleiros:

As organizações do chamado terceiro setor (não governamentais e não lucrativas) são muito diversificadas e não são de modo algum substitutivas do Estado de Direito, mas podem ser complementares de algumas de suas ações na implementação e desenvolvimento de programas articulados de ação. (FALEIROS, 2002 p. 200).

Entretanto, no que se refere à inserção do profissional de serviço social nas organizações não-governamentais, esse ainda é um espaço em construção, devido às características específicas dessas organizações. Por serem organizações mais envolvidas com os movimentos sociais, não há interesse de investimento por parte do Estado e mesmo do “mercado” em investir no quadro de profissionais, dessa forma as organizações sobrevivem com poucos recursos, tendo um quadro de funcionários mínimos, contando basicamente com serviços voluntários. No caso das ONG/aids essa realidade não é diferente, os poucos assistentes sociais que trabalham nessa área, acabam fazendo serviços voluntários, ou empregados em outros cargos, não desenvolvendo o trabalho de assistentes sociais de fato.

2 AS AÇÕES DAS ONGs NA ÁREA DA PREVENÇÃO DE DST/HIV/AIDS NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

2.1 As ONGs que trabalham na prevenção DST/HIV/Aids no município de Florianópolis.

Segundo o site¹⁴ do ministério da saúde, estima-se que haja no Brasil cerca de 371 mil casos de Aids notificados¹⁵. Esse número representa as notificações feitas desde a identificação do primeiro caso, em 1980 até o mês de junho de 2005. De acordo com o mesmo site, do total de casos de Aids, mais de 80% concentram-se nas regiões Sudeste e Sul. Em Santa Catarina, Itajaí, Florianópolis e Balneário Camboriú estão entre as 11 cidades brasileiras com maior incidência de doenças provocadas pela Aids.

De acordo com uma pesquisa¹⁶ realizada pelo Programa Nacional de DST/HIV/Aids do Ministério da Saúde, sobre o aumento de casos de Aids no Estado de Santa Catarina, onde fora entrevistada a diretora do Grupo de Apoio e Prevenção à Aids (GAPA), a situação é assustadora. Desde o primeiro caso de Aids no Estado até um dia antes da entrevista, 8 de outubro de 2003, a gerência estadual de controle de DST/Aids havia contabilizado 13.133 pessoas que desenvolveram os sintomas da doença no Estado. Estão fora da lista os doentes assintomáticos, ou seja, que ainda não possuem os sintomas da Aids, apesar de estarem infectados pelo vírus HIV.

Só no município de Florianópolis, de acordo com o boletim epidemiológico do site¹⁷ do ministério da saúde, até dezembro de 2002 já tinha sido registrado 2.220 casos de Aids. Um quadro ainda mais preocupante é o fato de Florianópolis ser o 4º município no país com maior incidência de Aids (por 100.000 hab.), perdendo apenas para Itajaí (SC), São José do Rio Preto (SP) e Santos (SP).

De acordo com Silva J. (2003), há um conjunto de medidas e ações de intervenção que visam reduzir o impacto da epidemia sobre a população do município de Florianópolis

¹⁴ www.aids.gov.br acessado em 31/01/2006 às 15h.

¹⁵ Casos notificados de aids são: (i) pessoas que desenvolveram algum tipo de doença decorrente da infecção pelo HIV; (ii) gestantes com resultado de exame positivo para o HIV; (iii) pessoas soropositivas que alcançam contagem de células CD4/CD8 igual ou inferior a 200 cópias por ml de sangue.

¹⁶ Idem n.12

¹⁷ Idem n.12

com critérios de prevenção, promoção e educação em saúde realizada pelos Programas Estaduais e Municipais, no âmbito do Sistema Único de Saúde, e pelos Programas Não-Governamentais. (SILVA, 2003.2 p. 44).

As principais ONGs que trabalham na prevenção de DST/HIV/Aids no município de Florianópolis, são: o Grupo de Apoio à Prevenção de Aids - GAPA; Instituto Arco Íris; Associação Catarinense de Redutores de Danos - ACORDA; Fundação Açoriana para o Controle de Aids - FAÇA; Associação em Defesa dos Direitos Homossexuais - ADEH NOSTRO MUNDO e Movimento Livre.

Nossa pesquisa nas ONGs e também em pesquisas já realizadas sobre esse tema, como de Silva J.(2003)¹⁸ nos informam o seguinte quadro das ONG/aids no município de Florianópolis.

Apesar de todas essas organizações trabalharem na área de prevenção de DST/HIV/Aids, cada uma delas possui características e demandas próprias:

ONG	Público Alvo
GAPA	População em geral, portadores de HIV/Aids.
Arco Íris	Profissionais do sexo (feminino e masculino), dependentes químicos, mulheres grávidas portadoras de HIV/Aids.
ACORDA	Dependentes químicos e portadores de HIV/Aids.
FAÇA	População em geral, portadores de HIV/Aids.
ADEH	Profissionais do sexo (feminino e masculino), travestis, transgêneros e transexuais.
Movimento Livre	Homossexuais masculinos, adolescentes e portadores de HIV/Aids.

Essas ONGs desenvolvem algumas ações conjuntas, principalmente em eventos anuais tais como; o dia internacional de luta contra a Aids, o dia mundial da saúde, entre outros. Além disso, algumas ONGs trabalham em parcerias em alguns projetos; como é o caso do Movimento Livre e da ADEH, no Projeto “ Redução de Danos ao Uso Indevido de Silicone”, dirigido às travestis.

Além disso, essas ONGs trocam experiências nos diversos eventos realizados nessa temática, como o ERONG (Encontro Regional de ONG/aids), e ENONG (Encontro

¹⁸ A pesquisa de Silva J. (2003) nos auxiliou em relação as atividades realizadas pelas seguintes ONGs : GAPA, Arco Íris, ACORDA e FAÇA.

Nacional de ONG/aids) e também nos Encontros de Pessoas Vivendo com HIV/Aids, a nível regional e nacional.

Um dos fatores bastante discutidos nesses encontros, e de certa forma unânime, é a questão das dificuldades financeiras que essas ONGs enfrentam, apesar delas serem instituições sem fins lucrativos, precisam de verba para sua manutenção. Essa é uma questão que será abordada com mais ênfase por esse trabalho no terceiro capítulo.

Outros problemas discutidos pelas ONG/aids estão relacionados com o atraso no recebimento de preservativos, que é o principal material de distribuição nas atividades de prevenção de DST/HIV/Aids, e o excesso de burocracia na liberação de verbas e material pelo Programa Nacional de Aids e suas correspondentes regionais.

No próximo capítulo iremos destacar melhor as ações realizadas pela ONG Movimento Livre, onde se desenvolveu nossa prática de estágio que resultou na produção deste trabalho de conclusão de curso.

2.2 Movimento Livre

Movimento Livre – Cidadania & Direitos Humanos é uma organização não governamental, sem fins lucrativos. Foi fundada em 15 de setembro de 1993 e registrada em 5 de Novembro de 1993. Sua sede localiza-se no centro de Florianópolis, na Travessa Ratclif, 25 ed. Royal sala 201.

De acordo com seu Estatuto, o Movimento Livre tem por finalidade:

a) desenvolver ações que promovam o exercício pleno da cidadania e dos direitos humanos, em particular das pessoas que vivem situações de discriminação e/ou exclusão social em quaisquer níveis.

b) proporcionar ambientes/oportunidades/espços em que se possa vivenciar a solidariedade através de construções coletivas norteadas por condições de autonomia, autogestão e autoformação.

c) criar, desenvolver e analisar oficinas, em que arte, percepção, linguagens, culturas, ciência, tecnologias e saberes sejam abordados numa perspectiva educacional não-disciplinar.

Pontualmente, as áreas de atuação da ONG tem sido:

- Prevenção às DST/HIV/Aids;
- Atenção às pessoas que vivem com HIV/Aids;
- Promoção da cidadania de gays e lésbicas;
- Combate à violência contra a mulher;
- Combate à violência urbana contra adolescentes e jovens.

As seguintes atividades têm sido desenvolvidas na promoção, prevenção e proteção à saúde, no que se refere à HIV/Aids:

Promoção de práticas sexuais mais seguras para:

- Mulheres, Adolescentes: atividades associadas à Rede Floripa pelos Direitos Sexuais e ao Protocolo de Atenção às Vitimas de Violência Sexual;
- Homossexuais: projeto “Noite Livre” - prevenção às DST/HIV/Aids entre gays e outros HSH – homens que fazem sexo com homens;
- Pessoas vivendo com HIV e Aids: projeto “Adesão ao Tratamento”, na prevenção primária, secundária e terciária;

Em relação ao Desenvolvimento Institucional, Gestão e Controle Social foram desenvolvidos as seguintes ações:

- Gerenciamento de projetos, estabelecimento de parcerias, gerenciamento de recursos e desenvolvimento de recursos humanos, através de projetos próprios e de consultorias, como a prestada ao Programa Municipal de DST/Aids de Palhoça/SC;
- Participação de Fóruns, Redes, Comissões e Conselhos:
- Comissão Municipal de DST/Aids, do Município de Florianópolis (CMAIDS), e Estadual de DST/Aids – CEDAIDS (Santa Catarina);
- Fórum Catarinense das ONG/Aids (coordenação até dez. de 2005);
- Conselho Estadual de Saúde, tendo um membro como conselheiro (coordenação da Comissão de Vigilância em Saúde e representação do Conselho de Comissão Estadual de Políticas de Atenção Psicossocial);
- Comitê Estadual do “Programa Elos – Programa de Prevenção ao HIV/Aids da USAID Brasil”, de acompanhamento do Programa no estado de Santa Catarina, com 02 (dois) membros titulares participantes;
- Participação no FoPES – Fórum Popular Estadual de Saúde;

A seguir, passaremos para a descrição dos projetos desenvolvidos em 2005:

- **Projeto Noite Livre**¹⁹ – Prevenção de DST/HIV/Aids para homossexuais masculinos e outros homens que fazem sexo com homens (HSH).

Objetivos: Contribuir para a redução de incidência de infecção pelo HIV e outras DST e para a conquista da cidadania e dos direitos humanos, junto aos homossexuais e a outros homens que fazem sexo com homens, atingindo as áreas de concentração populacional de maior vulnerabilidade à infecção pelo HIV, na cidade de Florianópolis.

Foco de intervenção: Bares, saunas e casas noturnas gays no município de Florianópolis.

Metodologia: Intervenção comportamental através da abordagem direta, nos locais de frequência dos homossexuais, e de outros homens que fazem sexo com homens, através de: distribuição de preservativos e insumos de proteção, distribuição de material educativo, ofertas de atendimentos individuais, com a possibilidade de encaminhamentos para atendimentos ambulatoriais, psicológicos e jurídicos; grupos de ajuda mútua, outros projetos na instituição como “Adesão ao Tratamento”.

- **Projeto Adesão ao Tratamento**²⁰ – Atenção as pessoas vivendo com HIV/Aids.

¹⁹ Documento elaborado pelo presidente da ONG Movimento Livre, Élvio Bornhausen.

²⁰ Idem nº 17.

Objetivos: Promover melhor adesão ao tratamento das pessoas que vivem com HIV/Aids, contribuindo para a sua (re) inserção social e melhoria de sua qualidade de vida.

Área de abrangência: Municípios da grande Florianópolis, quais sejam Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu.

Metodologia: Orientada pelos princípios de abordagem à “pessoas que vivem com HIV/Aids (PVHA)”, a partir de: divulgação do projeto em unidades públicas e privadas de saúde; contato direto em ambulatórios de DST/Aids; busca ativa compartilhada com unidades de saúde e equipes de PACS e PSF; grupo de ajuda mútua, realização de reuniões quinzenais administrativas, reuniões quinzenais técnicas, capacitação da equipe, monitoramento e supervisão técnica e psicológica.

- **Aroeira** – o Movimento Livre é entidade executora do Consórcio Social da Juventude, juntamente com outras 23 entidades não-governamentais, além de participar do Conselho Deliberativo.

O Aroeira – Consórcio da Juventude de Florianópolis e região Metropolitana é um projeto que visa elevar o nível de escolaridade e qualificação profissional dos jovens. Participam do Aroeira 1200 jovens de 16 a 24 anos com baixa renda familiar, desempregados, que freqüentam alguma instituição de ensino ou já concluíram o ensino médio.

O Movimento livre mantém parcerias com as seguintes instituições:

- UNESCO e UNODC (órgãos da ONU), através do Ministério da Saúde;
- Governo do Estado de Santa Catarina através do Programa Estadual de DST/Aids da Secretaria de Estado de Saúde;
- Centro Cultural Escrava Anastácia;
- Prefeitura Municipal de Florianópolis, através do Programa Municipal de DST/Aids;

2.3 - O Serviço Social na ONG Movimento Livre

Com o crescente envolvimento da ONG Movimento Livre nos anos de 2003 e 2004, com outros grupos como Fóruns, Redes, Comissões e Conselhos de Direitos, viu-se a necessidade da assessoria de um profissional de serviço social para intensificar as ações da organização.

O trabalho voluntário de Serviço Social na ONG foi iniciado em março de 2005, juntamente com o estágio do curso de serviço social.

O trabalho desenvolvido pela assistente social e estagiária de serviço social na ONG Movimento Livre foi orientado pela perspectiva de LIMA (2004) que compreende a ação do serviço social a partir de eixos articuladores, os quais são: processos político-organizativos; processos de planejamento e gestão e processos sócio-assistenciais. No caso específico da ONG Movimento Livre, as ações do serviço social estão concentradas nos dois primeiros eixos em razão do perfil da ONG e de sua demanda:

Em relação aos processos político-organizativos, “centrados na participação social sob a lógica da pluralidade e da cidadania, voltada para o fortalecimento da sociedade civil”. LIMA (2004), que se caracterizam nas seguintes ações:

- Organização de Eventos na Praça da Alfândega: que teve como objetivo promover atos públicos para divulgação e informação à população de Florianópolis referente aos temas prevenção DST/HIV/Aids e saúde sexual e reprodutiva. Foram desenvolvidos dois eventos durante os meses de Março à Junho de 2005. No dia 8 de Março – dia Internacional da Mulher, e no dia 7 de Abril – dia Mundial da Saúde.
- Participação no Fórum das Mulheres de Florianópolis (FMF): que tem como objetivos discutir questões referentes à mulher, como a saúde da mulher, a luta pelo fim da violência doméstica (física, sexual e psicológica) e a emancipação da mulher na sociedade.
- Participação no Fórum Estadual de Educação Inclusiva: que tem por finalidade fomentar e acompanhar a construção de Políticas que efetivem a educação inclusiva no Estado de Santa Catarina.

Naquele momento, relacionadas aos processos de planejamento e gestão, de acordo com LIMA (2004), havia a necessidade de ações de assessoria, consultoria e avaliação de programas e projetos sociais. Ações de articulação intersetorial com outras instituições tanto governamentais como não governamentais para a criação de uma rede de contatos e parcerias, que se caracterizam nas seguintes ações:

- **Articulação Intersetorial:** A Assistente Social estabelece relações com outras Instituições, tanto governamentais como não-governamentais, no intuito de criar uma rede de contatos para a realização de trabalhos em parceria. Esses contatos eram feitos através de telefonemas, e-mails, fax, ou, quando possível, pessoalmente.

- **Organização das reuniões do Fórum LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros):** Foram realizadas no período de março a junho de 2005 seis reuniões, nesse período foram feitos contato via telefonemas e e-mails para reservar o local das reuniões e convidar os participantes; o objetivo principal dessas reuniões é proporcionar encontros onde possam ser discutidos assuntos de interesses comuns sobre Livre Orientação Sexual e questões de gêneros.

- **Acompanhamento e avaliação dos projetos do Movimento Livre:** com relação ao projeto “Noite Livre” foram feitas visitas a campo no intuito de acompanhar e conhecer melhor o trabalho que estava sendo feito. No projeto “Adesão ao Tratamento” foram realizadas reuniões na própria sede do Movimento Livre, com o mesmo objetivo que o projeto “Noite Livre”.

Em julho de 2005, devido ao término do financiamento destes projetos, por parte do Ministério da Saúde, as atividades da profissional foram temporariamente interrompidas.

Isso mostra como a ONG Movimento Livre também se apresenta de forma fragilizada e dependente financeiramente do Estado, o qual financia grande parte dos projetos das ONG/Aids. Este tema será mais aprofundado no próximo capítulo.

3 AS DIFICULDADES E AS POSSIBILIDADES NA CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA DAS ONGs

3.1 As dificuldades encontradas pelas ONG/aids no exercício de suas ações

Com relação às dificuldades que as ONG/aids enfrentam, o principal problema está relacionado ao financiamento de suas ações. Esse problema refere-se tanto à mobilização de recursos materiais e financeiros como de recursos humanos.

De acordo com Gohn (1998), até os anos 90 as ONGs eram, na sua maioria, patrocinadas por instituições articuladas às igrejas. Desta data em diante, essas agências de cooperação internacional patrocinadoras voltam-se para os processos de redemocratização do leste europeu, dando suporte apenas de assessoria técnica e não mais de fundos financeiros. Os movimentos sociais e ONGs passam a viver a mais grave crise econômico-financeira desde que foram criadas, tendo a necessidade então, de gerar recursos próprios e lutarem pelo acesso aos fundos públicos. De acordo com a autora, “as ONGs tiveram que realizar reengenharias internas e externas para sobreviver. E alteraram seus procedimentos. Passaram a buscar a auto-suficiência financeira”. (GOHN, 1998 p. 14).

A questão da captação de recursos²¹ nas ONGs é um problema sério, a grande maioria delas recebe ajuda através de doações de pessoas físicas, mas normalmente não é uma quantia muito significativa. Além disso, não há um comprometimento dessas pessoas em contribuir por um longo período de forma mensal, tornando-se dessa forma uma ajuda incerta, pertencente à esfera da caridade e da filantropia.

Cada ONG tem sua própria forma de captação de recursos, algumas pedem colaboração através de telemarketing²², outras através de propagandas, outras através de convênios, com empresas públicas. No caso de Santa Catarina, por exemplo, com a CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina SA, a contribuição é feita através da conta de luz. Mas em todos esses casos é necessário um investimento financeiro grande para que

²¹ De acordo com o material elaborado por Speak, McBride e Shippey, “Captação ou mobilização de recursos é um termo utilizado para descrever um leque de atividades de geração de recursos realizadas por organizações sem fins lucrativos em apoio à sua finalidade principal, independente da fonte ou do método utilizado para gerá-los”. (www.portaldovoluntario.org.br acessado em 20/02/06 às 14h30min.).

²² De acordo com a Associação Brasileira de Telemarketing, “Telemarketing é toda e qualquer atividade desenvolvida através de sistemas de telemática e múltiplas mídias, objetivando ações padronizadas e contínuas de marketing”. (www.abt.org.br/telemarketing.htm acessado em 21/02/06 às 14h).

haja algum retorno a médio e longo prazo. No caso do telemarketing, por exemplo, a ONG precisa de um espaço físico, telefones para o(a) operador(a) fazer contato com o possível contribuinte, e isso exige gastos de manutenção: pagamento dos funcionários, de conta de telefone, de água, de luz, pagamento de um profissional na área de marketing que capacite a equipe, etc.

No caso das ONG/Aids, a sua principal forma de financiamento tem se dado através de convênios de seus projetos por órgãos públicos, como o Programa Nacional de Aids, em parceria com o Ministério da Saúde e a ONU, além de contar com projetos nos âmbitos Estaduais e Municipais.

O problema do financiamento desses projetos é que normalmente os que são aprovados, são projetos de curto prazo, com duração em torno de um ou dois anos no máximo, isso acaba dando certa descontinuidade aos projetos. Isso no caso das ONG/Aids é bastante complicado, porque o trabalho de prevenção de Aids não mostra resultados tão significativos em um curto prazo, mas sim a longo prazo. Além disso, normalmente esses projetos passam por uma detalhada análise, e muitas vezes as ONGs são obrigadas a “simplificarem” seus projetos para que esses estejam dentro da cota destinada aos financiamentos. De acordo com a entrevista realizada pela Rets²³ com o doutorando em Sociologia Política na UFSC, Rodrigo Rossi Horochovski:

“Obviamente, quem financia os projetos tem direito de fazer e controlar o uso dos recursos, enfim, fazer a accountability do processo, monitorando tanto os dispêndios quanto os resultados das ações. O problema surge quando o financiador interfere a ponto de retirar o poder de deliberação, seja das ONGs ou dos beneficiários dos programas financiados”. (www.sentidos.com.br)

Dessa forma, o que se vê é uma grande limitação da autonomia dessas ONGs, que passam a depender das imposições dadas pelos órgãos públicos, cortando gastos, modificando algumas ações para que seus projetos possam concorrer a uma seleção. Além disso, a verba destinada a esses projetos não incluem gastos de manutenção dessas ONGs, como pagamento de aluguel, pagamento de funcionários, luz, água, material de escritório, etc. Nesse caso, a organização tem que conseguir outras formas de arrecadação de recursos para a sua manutenção.

Um profissional que tem sido de fundamental importância para as ONGs é o captador de recursos, uma pessoa especializada em programar e executar formas de

²³ Revista do terceiro Setor

captação de recursos, desde a elaboração e apresentação de um projeto aos órgãos responsáveis como outras formas de mobilização de recursos, tanto humanos como financeiros. De acordo com Gohn:

Se a palavra de ordem passou a ser eficiência e produtividade na gestão dos projetos sociais, para gerir recursos que garantam a sobrevivência das próprias entidades, ter pessoal qualificado, com competência para elaborar projetos qualificados passou a ser uma diretriz, e não mais a militância, o engajamento a causa em ação. (GOHN, 1998 p. 15).

Entretanto, uma das dificuldades que as ONGs enfrentam é a necessidade de qualificar seu quadro profissional. Devido aos problemas financeiros comentados anteriormente, as ONGs se vêem impossibilitadas de terem um número grande de profissionais contratados, dependendo assim quase que exclusivamente do serviço voluntário.

Essa é mais uma questão polêmica, e que deve ser discutida com uma maior propriedade, não sendo o foco desse trabalho. Entretanto, alguns elementos podemos destacar. É muito difícil para uma organização formal desenvolver seus objetivos baseada apenas na adesão voluntária. É preciso que haja um mínimo de estrutura profissional, estável, pois as próprias adesões ao voluntariado precisam ser administradas, tendo como critérios a formação deste quadro funcional.

No que se refere especificamente à Aids, a fragilidade do vínculo voluntário tem sérias implicações que resultam na descontinuidade das ações realizadas; pois a adesão voluntária muitas vezes não é vista com a importância devida pela pessoa que está exercendo esse serviço, ocorrendo, dessa forma, um grande número de faltas e de desistência das atividades. Isso traz como consequência para as ONG/Aids a quebra de vínculos estabelecidos num trabalho com uma realidade que requer a construção de relações de confiança entre equipe e a pessoa vivendo com HIV/Aids, por exemplo; o que só pode ser construído ao longo do tempo.

Nesse sentido, é fundamental que haja no quadro pessoal das ONGs profissionais qualificados para trabalhar com esse público, pois as ações realizadas pelas ONG/Aids estão vinculadas com a execução das políticas públicas, visando garantir o acesso a saúde, que é um direito social.

Essas dificuldades encontradas pelas ONG/Aids, com relação a recursos materiais e humanos, acabam limitando consideravelmente a atuação delas com seu público alvo, com

sua proposta em relação à sociedade e conseqüentemente enfraquecendo sua autonomia perante o Estado.

3.2 A contribuição do Serviço Social no processo de fortalecimento da autonomia das ONG/Aids

Como já foi comentada anteriormente, a questão da inserção do profissional de Serviço Social nas ONG/Aids é algo recente, tendo um número bastante restrito de profissionais contratados dentro destas Organizações.

Com a crescente burocratização do Estado e a tentativa ao mesmo tempo, de enxugamento do aparelho estatal e, conseqüentemente o social, através do desmonte das políticas públicas, coloca-se para a sociedade civil o compromisso de auto-organização e auto-ajuda na resolução dos problemas sociais. De acordo com Sarmiento (2002), as organizações da sociedade civil acabaram criando uma nova rede de serviços necessária ao atendimento da população que continua tendo sua sobrevivência ameaçada, como é o caso das ONG/Aids. Espaço que vem constituindo-se como campo de atuação para os assistentes sociais. Conforme Sarmiento:

Dentro dessas condições, os assistentes sociais são requisitados por uma nova demanda de serviços, agora com base não mais no Estado, mas em novas organizações e redes de solidariedade, muitas das quais receptoras de escassos recursos públicos, e outras mantidas integralmente com recursos dos setores privados ou contribuintes diretos. (SARMENTO, 2002 p. 121).

Uma das principais ações realizadas pelos Assistentes Sociais nestas instituições está relacionada com a busca de parcerias com outras organizações. É através dela que as ONGs podem estar trocando experiências, se unindo, se fortalecendo para juntas construírem uma maior autonomia perante o Estado. De acordo com Warren, “as parcerias têm sido procuradas, sobretudo para articulações de ordem política, ou seja, para o fortalecimento no nível da organização e participação da sociedade civil.” (SCHERER-WARREN 1996 p. 42). Como a autora nos mostra, as ONGs têm buscado articulação mais abrangentes com entidades sindicais, políticas e governamentais, também trabalhando em parcerias com outras ONGs, entidades educacionais e religiosas.

Além disso, outra questão importante do trabalho do Assistente Social dentro das organizações, está relacionada à sistematização, a análise, o debate e a divulgação de experiências inovadoras que contribuam para o amadurecimento das ONGs. Dessa forma, elas estarão também se estruturando, dando “corpo” para suas ações. De acordo com Pontes e Bava:

Adquirir a capacidade de produzirem diagnósticos e de elaborar propostas concretas de políticas públicas inovadoras exige uma profunda mudança cultural da parte dos atores sociais coletivos comprometidos com a construção de uma sociedade justa e democrática. Mas se esse passo for dado, ganha novo significado a participação popular nos espaços públicos de negociação.” (PONTES; BAVA, 1996 p.142).

Atualmente as ONGs tem sentido necessidade de profissionalizar o seu quadro de funcionários, já que a maioria dos contratos de trabalho são como voluntários. Há uma grande carência de profissionais de diversas áreas, entre elas também se encontram a de Serviço Social. De acordo com Scherer-Warren,

As ONGs guiadas fundamentalmente por princípios ético-político, tem buscado atuar para o fortalecimento da sociedade civil, através de processos pedagógicos e de organização popular, objetivando a restauração de valores éticos e a ampliação da ação para a cidadania. Esta atuação realiza-se através da ação de voluntários e, tendencialmente, vem buscando contribuições mais profissionalizantes, tendo em vista a eficiência dos resultados. (SCHERER-WARREN, 1996 p. 38).

Conforme Sarmiento (2002) verifica-se hoje um forte direcionamento das funções socioinstitucionais do Serviço Social, não somente para a execução de políticas sociais, mas para uma base organizacional gerencial; seja das próprias políticas, seja de seus serviços, seja de pessoas, no interior de organizações, tanto públicas como privadas e não-governamentais.

Mas a autora nos alerta também para a necessidade do profissional estar capacitado para esse nível de conhecimento bem mais amplo, tanto para a compreensão crítica das condições políticas, principalmente no que se refere ao desmonte das políticas sociais por parte do Estado, como da fragilização dos direitos sociais, bem como as novas/velhas formas de filantropia e solidariedade que se reorganizam. De acordo com PAZ (1999 p. 201), “entende-se que o profissional, ao se inserir em uma ONG, deve buscar a clareza de compreender o significado social deste trabalho para a sociedade, refletindo sobre as relações e mediações com as políticas públicas estatais”.

Uma questão importante em que o profissional pode estar auxiliando na conquista de uma maior autonomia dessas ONGs diz respeito ao fortalecimento da consciência política delas, fazendo com que tenham sempre a referência no seu passado de lutas. Apesar de hoje as ONG/Aids terem mais um perfil de negociação do que de lutas com o

Estado, não quer dizer que necessariamente tenham abandonado a luta por direitos, pelo contrário, só mudaram a forma de atuação nesse processo.

De acordo com Gohn, devido a desativação das atividades sociais do Estado, as ONGs passaram a enfatizar as políticas de parceria e cooperação com o mesmo. Como a autora nos mostra:

As ONGs estão numa nova era, onde não se trata mais de dar costas ao Estado, ou apenas criticá-lo, mas de alargar o espaço público no interior da sociedade civil, democratizar o acesso dos cidadãos a políticas públicas e contribuir para a construção de uma nova realidade social, criando canais de inclusão dos excluídos do processo de trabalho. (GOHN, 1998, p. 16)

Dessa forma, de acordo com o que a autora nos traz, o profissional de serviço social deve buscar reconstruir as relações sociais na direção de formar novos valores, modos de pensar e agir da população com a qual trabalha, contribuindo para a defesa intransigente dos direitos humanos, da justiça, da liberdade, da equidade e da democracia. Esses princípios estão inclusos também no código de ética da profissão de serviço social, onde o profissional deve ter o reconhecimento da liberdade como um valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais. Como nos mostra Sarmento:

É fundamental a constituição de uma ação profissional que contribua para o fortalecimento da ação política de vários segmentos, tornando a necessidade de um sentimento consciente, que mobiliza intenções e impulsiona ações. Possibilitando a superação da alienação produzida pelas próprias condições sócio-econômicas, transformando-as em direitos reconhecidos e legitimados socialmente. (SARMENTO 2002 p.124).

Um dos desafios do Serviço Social nas Organizações, de acordo com Pontes e Bava, está em “aumentar a capacidade propositiva dessas ONGs, estreitando laços com os demais atores coletivos da sociedade civil e colaborando na construção de espaços públicos de formulação, implementação e controle social nas políticas públicas”. (PONTES e BAVA, 1996, p.137).

Para que as ONG/Aids possam desenvolver uma autonomia maior perante o Estado, não é necessário que elas parem de receber recursos financeiros de órgão públicos, afinal, é justo que recebam financiamento já que estão executando políticas públicas, que deveriam ser executadas pelo Estado.

Mas é importante que tenham autonomia na hora de impor condições para a aprovação dos projetos, bem como em relação ao período de duração dessas ações, que, como foi comentado no capítulo anterior, é fundamental que tenha uma continuidade por um longo período para que possam mostrar números de redução do índice de Aids mais significativos, e também de participarem na elaboração das políticas públicas, e não somente na sua execução. De acordo com Fontes e Bava:

Para mudar as relações Estado/sociedade civil, os desafios são igualmente importantes. Entre eles estão o da transparência, isto é, a exposição pública das informações e do processo decisório sobre as políticas sociais; o do reconhecimento da alteridade, isto é, de que as ONGs não são e não querem ser um mero braço executivo de políticas definidas nas instâncias governamentais e sim atores que querem preservar sua autonomia e participar do processo decisório sobre as políticas nas quais se envolvam. (PONTES; BAVA, 1996 p. 136).

Dessa forma, o profissional de serviço social tem também o desafio de estar articulando e fortalecendo a participação da sociedade civil organizada, entre elas as ONG/Aids, na luta por um maior envolvimento delas na formulação e no desenvolvimento das políticas sociais. Assim como também deve estar incentivando uma maior atuação da sociedade civil através do controle social, que é, sem dúvida alguma, um forte instrumento de fiscalização e de reivindicação pela garantia de serviços públicos de qualidade e eficácia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir, através da análise realizada nesse trabalho, que as ONG/Aids estão sim enfraquecidas de sua autonomia e de sua agenda de lutas. O que temos hoje no cenário político brasileiro é a ausência do Estado, que vem em nível do discurso, repassando para a sociedade civil, através do terceiro setor, suas responsabilidades. E este vem assumindo através de iniciativas privadas, ações focalistas nas áreas sociais, como assistência, saúde, moradia, trabalho e renda, etc.

Com esse “recoo” do Estado na área social, o que se presencia, é uma diminuição também em relação às políticas públicas, que no caso específico da Aids vem sendo assumida pelas ONGs, mas sem estrutura para desenvolver essas ações. Podemos dizer que praticamente todas as ações de prevenção de Aids, mais especificamente na região de Florianópolis, vem sendo realizada pelas ONGs, em parceria com órgãos públicos.

As ONGs como espaço de dinamização da gestão de ações públicas é fato presente na realidade social. Cabe ao serviço social fazer o enfrentamento desta questão social entendendo estes espaços como espaços de desenvolvimento da prática profissional. De acordo com PAZ (1999 p. 202), é importante que o papel social das ONGs “não substitua as responsabilidades sociais do Estado, mas que estabeleça parcerias responsáveis que contribuam para o desenvolvimento do país e que avancem no fortalecimento e organização da sociedade civil brasileira”.

O que está posto à sociedade é a estratégia da ideologia neoliberal, onde o Estado deve ser substituído pelo Terceiro Setor, entretanto, o que vemos são ONGs se mantendo com extremas necessidades financeiras, trabalhando muitas vezes de formas precárias, o que acarreta um serviço abaixo de algumas metas de excelência. Esse é um novo desafio para o profissional de Serviço Social, que ao mesmo tempo em que reconhece o espaço do terceiro setor como um campo profissional, também tem que ter consciência de todo o instrumento ideológico que está de fundo desse cenário político. É importante esclarecer de que forma a profissão irá incentivar essa relação ONG/Estado e até onde vai o papel de cada um.

Como Fernandes (1994) nos mostra, é nesse contexto de crise institucional que o termo “sociedade civil” se fortifica, as inseguranças do Estado reforçam o valor das iniciativas civis, a ineficácia dos serviços públicos estimula a busca de alternativas autônomas, as carências orçamentárias dos governos estimulam a busca de recursos para fins sociais no setor privado, mas o mesmo autor alerta para uma questão muito

importante, a desmoralização do governo, sem um firme Estado democrático, a sociedade civil não se sustenta. É importante que haja uma relação positiva entre o Estado e a sociedade civil, afinal, a noção de “terceiro setor” só faz algum sentido quando existe um “primeiro” e um “segundo” setor também presentes e bem concisos. De acordo com Fernandes (1994 p. 95), “os serviços públicos dispersos pelas microiniciativas cidadãos não tem como prosperar se não interagirem positivamente com as macrointervenções públicas agenciadas pelo Estado”.

O que está sendo proposto aqui é uma reflexão sobre como o serviço social pode fortalecer essa relação ONG/Estado, de forma que este se comprometa mais com a estrutura dessas ONGs, sem que isso interfira na autonomia delas. De acordo com Fernandes (1994), a conquista da autonomia civil passa pela afirmação do pertencimento de uma sociedade legal, regida por normas e valores democráticos. “O sentido da crítica aos modelos estatizantes da coisa pública não se completa enquanto não recupera o valor positivo do Estado e das suas funções” (FERNANDES, 1994 p.95). Dessa forma, é fundamental que exista uma parceria entre as ONGs e o Estado, mas cada um tendo consciência de até onde vão as suas responsabilidades e sinergia para haver uma completa interação de necessidades e colaborações.

Uma das dificuldades encontradas nesse trabalho se refere à escassez de produção teórica metodológica no âmbito da profissão nas organizações não-governamentais. Esse espaço profissional ainda é pouco explorado pela categoria, pois a grande maioria de profissionais de serviço social que trabalham em ONGs prestam serviço voluntário, não tendo um vínculo diário com a organização, dessa forma, impossibilitando o profissional de possuir condições objetivas para o desenvolvimento de suas práxis.

O trabalho de serviço social é fundamental nas organizações, e sabe-se que na sua maioria as ONGs não possuem uma verba direcionada para o seu quadro de pessoal, dependendo assim de serviços voluntários, mas o que se deve chamar atenção nesse caso, é que por mais que o profissional se dedique a realizar um trabalho de qualidade dentro das ONGs, ele também é um profissional que vende sua mão de obra, e que não pode, na sua maioria, se dedicar exclusivamente ao voluntariado. É importante ressaltar aqui que as ONGs necessitam de profissionais com dedicação exclusiva para suas atividades, e isso só acontecerá quando elas forem autônomas o suficiente para manterem o seu quadro de pessoal.

Nesse sentido, é necessária mais uma vez, que essa relação ONG/Estado seja reforçada, e que os dois lados assumam o compromisso pela função que lhes compete.

O serviço social tem um grande desafio teórico e prático e com implicações políticas no que se refere à ocupação do espaço profissional nas ONGs.

ANEXOS

MOVIMENTO LIVRE

Estatuto Social (segunda alteração estatutária)

CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, PRAZO DE DURAÇÃO, SEDE E FINALIDADE

Artigo 1º. O MOVIMENTO LIVRE, constituído em 15 de setembro de 1993, pessoa jurídica de direito privado, é uma associação civil de fins não econômicos, e duração por tempo indeterminado, com sede no município de Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina.

Parágrafo único - Para efeitos de registro, a entidade utilizará a razão social MOVIMENTO LIVRE e o nome fantasia MOVIMENTO LIVRE – Cidadania & Direitos Humanos

Artigo 2º. O MOVIMENTO LIVRE tem por finalidade:

- desenvolver ações que promovam o exercício pleno da cidadania e dos direitos humanos, em particular das pessoas que vivem situações de discriminação e/ou exclusão social em quaisquer níveis.
- proporcionar ambientes/oportunidades/espços em que se possa vivenciar a solidariedade através de construções coletivas norteadas por condições de autonomia, autogestão e autoformação.
- criar, desenvolver e analisar oficinas, onde arte, percepção, linguagens, culturas, ciências, tecnologias e saberes sejam abordados numa perspectiva educacional não-disciplinar.

Parágrafo único - O MOVIMENTO LIVRE trabalhará em vínculo direto com os movimentos sociais, onde buscará obter assentos nas mais diferentes articulações, desde que não conflituem com seus objetivos.

Artigo 3º. No desenvolvimento de suas atividades, o MOVIMENTO LIVRE, observará os princípios da legalidade, impessoalidade, ética, publicidade, economicidade e eficiência e não fará qualquer discriminação de raça, cor, identidade de gênero, religião, sexo, orientação sexual, política, filosófica ou ideológica.

Parágrafo Primeiro - O MOVIMENTO LIVRE se dedicará às suas atividades por meio de execução direta de projetos, programas ou planos de ações, por meio de doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou prestações de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público ou privado que atuam em áreas afins.

Parágrafo Segundo - O MOVIMENTO LIVRE não distribuirá entre seus (suas) associados(as), colaboradores(as), conselheiros(as), diretores(as), funcionários(as) ou doadores(as), eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações, ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e os aplicará integralmente na consecução do seu objetivo social.

Artigo 4º. O MOVIMENTO LIVRE terá suas atividades regidas pelo presente Estatuto e por Regimento Interno aprovados em Assembléia Geral.

Artigo 5º. A fim de cumprir suas finalidades, o MOVIMENTO LIVRE se organizará em tantas unidades quantas se fizerem necessárias, as quais se regerão pelas disposições estatutárias e regimentais.

Parágrafo Primeiro - Em função da demanda de suas ações específicas, o MOVIMENTO LIVRE poderá criar Núcleos e/ou Comissões e/ou Coordenações, que deverão estar contemplados no Regimento Interno e/ou no Plano de Trabalho.

CAPÍTULO II - DOS ASSOCIADOS E DAS ASSOCIADAS

Artigo 6º. O MOVIMENTO LIVRE é constituído por número ilimitado de associados e associadas - pessoas que manifestarem desejo de colaborar com as atividades deste e, que após três meses de avaliação, preencherem a ficha de filiação, assinada por um membro da Diretoria,

Parágrafo Único – A qualquer tempo, o associado ou a associada poderá ser convidado(a) a se desligar da instituição por justa causa, pelo fato de estar em desacordo com o previsto neste Estatuto e no respectivo regimento interno, referendado em Assembléia Geral.

Artigo 7º. São direitos de associados e associadas quites com suas obrigações sociais:

- i. participar das atividades do MOVIMENTO LIVRE, com restrições àquelas desenvolvidas com populações específicas e/ou aquelas que requeiram especialização técnica, a critério da avaliação da diretoria;
- ii. votar e ser votado(a), observando as disposições deste estatuto;
- iii. tomar parte nas Assembléias Gerais;
- iv. encaminhar sugestões às instâncias deliberativas do MOVIMENTO LIVRE;
- v. propor mudanças ou alterações neste estatuto ou regimento interno.

Artigo 8º. São deveres de associados e associadas:

- conhecer e cumprir as disposições estatutárias e regimentais;
- acatar as decisões da Diretoria;
- informar à Diretoria do MOVIMENTO LIVRE sobre qualquer violação à dignidade da pessoa humana;
- manter luta incessante pelo fortalecimento do MOVIMENTO LIVRE;
- respeitar os princípios de solidariedade, autonomia e liberdade, baseados na ética da diversidade.

Parágrafo Único – Os(as) associados(as) tem direitos iguais perante a instituição

Artigo 9º. De associados e associadas não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelos encargos do MOVIMENTO LIVRE.

CAPÍTULO III - DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo 10. O MOVIMENTO LIVRE será administrado por:

- Assembléia Geral;
- Diretoria;
- Conselho Fiscal;
- Conselho Consultivo.

Parágrafo Primeiro - O MOVIMENTO LIVRE não remunera, sob qualquer forma, os cargos de sua Diretoria e de seu Conselho Fiscal, cujas atuações são inteiramente gratuitas.

Parágrafo Segundo - O MOVIMENTO LIVRE poderá contratar profissionais que se fizerem necessários para efetiva realização de suas atividades, desde que haja recursos para tal.

Parágrafo Terceiro – O Conselho Consultivo não é um órgão obrigatório na administração da instituição.

Artigo 11. A Assembléia Geral, órgão soberano do MOVIMENTO LIVRE, se constituirá de associados e associadas em pleno gozo de seus direitos estatutários e, excepcionalmente, por convidados(as) que abster-se-ão obrigatoriamente do direito a voto.

Artigo 12. Compete à Assembléia Geral

- eleger a Diretoria, o Conselho Fiscal e o Conselho Consultivo;
- aprovar o Estatuto e suas alterações, com maioria de 2/3 dos votos dos(as) associados(as) presentes;
- aprovar o Regimento Interno;
- denunciar, suspender ou destituir diretores, com maioria de 2/3 dos votos dos(as) associados(as) presentes;
- decidir sobre reformas do Estatuto, na forma do art. 34;
- decidir sobre a extinção da Instituição, nos termos do artigo 33;
- decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais.

Artigo 13. A Assembléia Geral se realizará, ordinariamente, uma vez por ano, preferencialmente em janeiro, para:

- i. aprovar a proposta de plano anual da Instituição, submetida pela Diretoria;
- ii. apreciar o relatório anual do exercício anterior, apresentado pela Diretoria;
- iii. discutir e homologar as contas e o balanço aprovado pelo Conselho Fiscal.

Artigo 14. A Assembléia Geral se realizará, extraordinariamente, quando convocada:

- por "metade mais um" dos membros da Diretoria;
- por "metade mais um" dos membros do Conselho Fiscal;
- por requerimento de "pelo menos um quinto dos(as) associados(as)" dos(as) associados(as) quites com as obrigações sociais.

Artigo 15. A convocação da Assembléia Geral será feita por meio de edital afixado na sede da Instituição e/ou publicado na imprensa local, por circulares ou outros meios convenientes, com antecedência mínima de 48 horas.

Parágrafo Primeiro - Qualquer Assembléia se instalará em primeira convocação com a maioria absoluta dos(as) associados(as) e, em segunda convocação, com qualquer número.

Parágrafo Segundo - A Assembléia Geral deliberará pela maioria de 2/3 dos votos dos(as) associados(as) presentes .

Artigo 16. O MOVIMENTO LIVRE adotará práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes, a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios e vantagens pessoais, em decorrência da participação nos processos decisórios.

Artigo 17. A Diretoria será constituída por um(a) Presidente(a), um(a) Secretário(a) Executivo(a) e um(a) Diretor(a) Financeiro(a).

Parágrafo Primeiro - O mandato da Diretoria será de 02 anos.

Parágrafo Segundo - As eleições para a Diretoria e o Conselho Fiscal ocorrerão entre os meses de janeiro e fevereiro em Assembleia Geral, por votação direta e secreta dos(as) associados(as) que estejam em situação social regular.

Parágrafo Terceiro - A votação será realizada em cada cargo de Diretoria e do Conselho Fiscal, observando as pessoas que se candidatarem ou aceitarem indicações de outros(as) associados(as). Em caso de empate, haverá nova eleição, imediatamente após a primeira apuração. Também poderão ser realizadas chapas para concorrerem às eleições

Parágrafo Quarto - Em caso de vacância em quaisquer dos cargos, a diretoria poderá indicar um(a) associado(a) para ocupar o cargo até o final da gestão vigente, ato este que deverá ser submetido à apreciação de Assembléia Geral.

Artigo 18. Compete à Diretoria:

- elaborar e submeter à Assembléia Geral a proposta de plano anual da Instituição;
- executar o plano anual da Instituição;
- elaborar e apresentar à Assembléia Geral o relatório anual;
- reunir-se com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum;
- contratar e demitir funcionários(as);
- delegar responsabilidade ou representatividade a associados(as) quites com suas obrigações sociais;
- submeter, a partir da Secretaria Executiva, o credenciamento a órgãos públicos, como conselhos, fóruns etc;
- propor, a partir da Diretoria Financeira, em conjunto com o núcleo específico, se houver, iniciativas de sustentabilidade financeira para garantir a execução de ações e/ou a manutenção da instituição.

Artigo 19. A Diretoria se reunirá no mínimo uma vez por mês.

Artigo 20. Compete ao(à) Presidente(a):

- i. representar o MOVIMENTO LIVRE, ativa e passivamente judicial e extra-judicialmente;
- ii. cumprir e fazer cumprir este Estatuto e o Regimento Interno;
- iii. presidir a Assembléia Geral;
- iv. convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- v. assinar com o(a) diretor(a) financeiro(a) os documentos referentes às finanças.

Artigo 21. Compete ao Secretário(a) Executivo(a):

- i. secretariar as reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral e redigir as atas;
- ii. publicar todas as notícias das atividades da entidade;
- iii. redigir e assinar correspondências;
- iv. manter os arquivos em dia;
- v. na ausência do(a) Presidente(a), assinar com o(a) Diretor(a) Financeiro(a) os documentos referentes às finanças. Da mesma forma, na ausência do(a) Diretor(a) Financeiro(a), assinar com o(a) Presidente(a) os documentos referentes às finanças.

Artigo 22. Compete ao Diretor(a) Financeiro(a):

- i. arrecadar e contabilizar as contribuições dos(as) associados(as), rendas, auxílios e donativos, mantendo em dia a escrituração da Instituição;
- ii. pagar as contas assumidas pela Instituição;
- iii. apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados;
- iv. apresentar ao Conselho Fiscal a escrituração da Instituição, incluindo os relatórios de desempenho financeiro e contábil e as operações patrimoniais realizadas;
- v. conservar, sob sua guarda e responsabilidade, os documentos relativos à tesouraria;
- vi. manter todo o numerário em estabelecimento de crédito;
- vii. assinar com o(a) Presidente(a) os documentos referentes às finanças.

Artigo 23. O Conselho Fiscal será constituído por 03 membros.

Parágrafo Primeiro - O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria.

Parágrafo Segundo - Em caso de vacância de um dos membros, outro(a) associado(a) será escolhido(a), em Assembléia Geral Extraordinária.

Artigo 24. Compete ao Conselho Fiscal:

- i. examinar os livros de escrituração da Instituição;
- ii. opinar sobre os balanços e relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade;
- iii. solicitar ao Diretor(a) Financeiro(a), a qualquer tempo, a documentação comprobatória das operações econômico-financeiras realizadas pela Instituição;
- iv. acompanhar o trabalho de eventuais auditores externos independentes;
- v. convocar extraordinariamente a Assembléia Geral.

Parágrafo Único - O Conselho Fiscal se reunirá ordinariamente a cada 02 meses e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Artigo 25. O Conselho Consultivo é órgão de consulta e será constituído por associados(as) do MOVIMENTO LIVRE e/ou por pessoas convidadas que possam contribuir com a consecução dos objetivos deste.

Artigo 26. O Conselho Consultivo terá um(a) presidente(a), escolhido pela Assembléia Geral, com mandato coincidente ao da Diretoria.

Artigo 27. São atribuições do Conselho Consultivo:

- i. opinar sobre questões de interesse do MOVIMENTO LIVRE
- ii. opinar sobre questões omissas nas deliberações da Assembléia Geral ou nos Estatutos, a pedido da Diretoria, podendo para tanto nomear comissões.

Artigo 28. O Conselho Consultivo reunir-se-á ordinariamente a cada 06 meses.

Parágrafo Primeiro - O Conselho Consultivo reunir-se-á extraordinariamente, quando convocado por seu(sua) Presidente(a) ou pela Diretoria do MOVIMENTO LIVRE.

Parágrafo Segundo - Na impossibilidade de reunião de seus membros, o Presidente do Conselho Consultivo poderá consultar por correspondência ou pela Internet, ao mesmo tempo que as reuniões poderão acontecer, também, virtualmente.

Parágrafo Terceiro - As decisões do Conselho Consultivo serão tomadas pela maioria simples dos seus membros.

CAPÍTULO IV - DO PATRIMÔNIO

Artigo 29. O patrimônio do MOVIMENTO LIVRE será constituído de bens móveis, imóveis, veículos, semoventes, ações e títulos da dívida pública, quais sejam;

- i. contribuições dos(as) associados(as);
- ii. contribuições de terceiros;
- iii. prestação de serviços;
- iv. subvenções, juros, correções ou dividendos resultantes das contribuições;
- v. rendimentos de bens móveis ou imóveis;
- vi. rendimentos auferidos em promoções da entidade e/ou venda de produtos.

Artigo 30. A Diretoria será responsável pelos bens patrimoniais do MOVIMENTO LIVRE e responderá por eles perante suas instâncias deliberativas.

Parágrafo Único - O MOVIMENTO LIVRE não se responsabilizará por obrigações contraídas por seus(suas) associados(as) sem prévia e expressa autorização da Diretoria.

Artigo 31. No caso de dissolução da Instituição, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica, preferencialmente, que tenha o mesmo objetivo social, registrada no CNAS.

CAPÍTULO V - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Artigo 32. A prestação de contas da Instituição observará no mínimo:

- i. os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade;
- ii. a publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, do relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para o exame de qualquer cidadão(ã);
- iii. a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos, objeto de Termos de Parceria ou convênios;
- iv. a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita, conforme determina o parágrafo único do Art.70 da Constituição Federal.

CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 33. O MOVIMENTO LIVRE será dissolvido por decisão da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, quando se tornar impossível a continuação de suas atividades.

Artigo 34. O presente Estatuto poderá ser reformado, a qualquer tempo, por decisão da maioria dos(das) associados(as), em Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim, e entrará em vigor na data de seu registro em Cartório.

Artigo 35. Nenhum associado(a) poderá se intitular representante do MOVIMENTO LIVRE sem autorização expressa da Diretoria.

Artigo 36. O exercício social do MOVIMENTO LIVRE coincide com o ano civil.

Artigo 37. Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pela Diretoria e referendados pela Assembléia Geral.

Artigo 38. Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis (SC), 06 de março de 2006.

Élvio J. Bornhausen
Presidente

Luiz Dário da Rocha
Advogado – OAB/SC

REFERÊNCIAS

- ABREU, Marina Maciel. **A dimensão pedagógica do Serviço Social: bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira.** Serviço Social & Sociedade, nº 79 ano XXV, São Paulo: Cortez, 2004.
- AGUIAR, Antonio Geraldo. **Serviço Social e Filosofia – das origens a Araxá.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1984.
- BUNN, Marcos George. **Terceiro Setor: no reverso do verso neoliberal.** Trabalho de Conclusão do curso de Graduação em Serviço Social. UFSC, 2000.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Coordenação Nacional de DST e Aids. **Guia de Prevenção das DST/Aids e Cidadania para Homossexuais.** Brasília: Ministério da Saúde, 2002.
- Conselho Regional de Serviço Social 12ª Região (SC) **Coletânea de Leis – 2ª. ed –** Santa Catarina: CRESS, 2001.
- FERNANDES, Rubem César. **Privado porém público: o terceiro setor na América Latina.** Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 1994.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- GOHN, Maria da Glória. **O novo associativismo e o terceiro setor.** In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, n.58, ano XIX, nov. 1998.
- GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da Sociedade Civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias.** Coleção questões da nossa época; v.123. São Paulo: Cortez, 2005.
- GOHN, Maria da Glória. **Os sem-terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização.** São Paulo: Cortez, 1997.
- IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1985.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas.** 3ª edição. Fortaleza, ed. Cortez, 1997.
- KERN, Francisco Arseli. **Estratégia de fortalecimento no contexto da Aids.** Serviço Social & Sociedade, nº 74, São Paulo, ed. Cortez, Julho 2003.
- LIMA, Telma Cristiane Sasso de. **A Intervenção profissional do Serviço Social no contexto da cidadania e dos direitos: pensando as ações sócio-educativas.** Trabalho de Conclusão de Curso. Defendido em 11/02/2004. Departamento de Serviço Social – UFSC.

MENEGASSO, Maria Ester. **Organizações e serviço Social**. Revista Katálysis, vol. 5 N. 2 jul/ Dez 2002

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.

MACÊDO, Myrtes de Aguiar. **Reconceituação do Serviço Social, formulações diagnósticas**. 2ª ed., São Paulo: Cortez, 1982.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social. Uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64**. 4ª ed, São Paulo: cortez, 1998.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PAZ, Rosângela. **As Organizações não-governamentais e o trabalho do assistente social**. In: Cadernos CEAD/CFESS, vol. 2. Brasília : CEAD Unb, 1999.

PEREIRA, Potyara A. P. **A nova divisão social do bem-estar e o retorno do voluntariado**. Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, ano XXIV, n.73, março 2003.

PONTES, Lúcia; BAVA, Silvio Caccia. **As ONGs e as políticas públicas na construção do Estado democrático**. Serviço Social & Sociedade, nº 50, São Paulo, Cortez, abril 1996.

RICO, Elizabeth de Melo. **O empresariado, a filantropia e a questão social**. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 58, ano XIX, nov. 1998

RUA, Maria da Graça; ABRAMOVAY, Miriam. **Avaliação das ações de prevenção de DST/Aids e uso indevido de drogas nas escolas de ensino fundamental e médio em capitais brasileiras**. Brasília: UNESCO, Ministério da Saúde, Grupo Temático UNAIDS, UNDCP, 2001.

SARMENTO, Hélder Boska de Moraes. **Serviço Social, das funções tradicionais aos desafios diante das novas formas de regulação sociopolítica**. Revista Katálysis, vol. 5 nº 2, Jul/Dez 2002.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Organizações voluntárias de Florianópolis: cadastro e perfil do associativismo civil**. Florianópolis – SC. Ed. Insular, 1996.

SCHEER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos Sociais**. São Paulo: Loyola, 1993.

SILVA, Josiane Eliete. **Análise de programas governamentais e não-governamentais de HIV/Aids no município de Florianópolis**. Trabalho de Conclusão do curso de Serviço Social. UFSC, 2003.2.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e (coord.). **O serviço social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. São Paulo: Cortez, 1995.

TERSARIOL, Alpheu. **Minidicionário da língua portuguesa**. Erechim: Edelbra, 2000.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

www.abiaids.org.br acessado em 16/07/05 às 16h.

www.abong.org.br acessado em 27/08/2005 às 15h20min.

www.abt.org.br/telemarketing.htm acessado em 21/02/06 às 14h.

www.aroeirafloripa.org.br acessado em 15/02/06 às 15h.

www.aids.org.br acessado em 20/05/05 às 13h30min.

www.movimentolivre.org.br acessado em 21/03/06 às 15h50min.

www.portaldovoluntario.org.br acessado em 20/02/06 14h30min.

www.rits.org.br acessado em 04/09/2005 às 16h.

www.saude.gov.br acessado em 04/09/2005 às 16h30min.

www.sentidos.com.br acessado em 30/08/2005 às 14h35min.

www.forumongaidsrj.org.br acessado em 30/08/2005 às 15h.

www.enong.org.br acessado em 04/09/2005 às 16h20min.